

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DOS EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO E DE VAGAS DO CARGO DE PROCURADOR FEDERAL
EDITAL N.º 1/2000 – ANATEL, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (Anatel) torna pública a realização de concurso público para provimento de vagas dos empregos de nível superior e de nível médio e de vagas do cargo de Procurador Federal, mediante condições estabelecidas neste edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso será regido por este edital e executado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB).

1.2 O concurso destina-se a selecionar candidatos para provimento de vagas dos empregos de nível superior e de nível médio e de vagas do cargo de Procurador Federal, sendo mantido cadastro de reserva.

1.3 Para os empregos de Analista de Suporte à Regulação (todas as áreas de conhecimento/classes) e de Regulador (todas as áreas de conhecimento/classes) e para o cargo de Procurador Federal, o concurso compreenderá três etapas distintas e sucessivas, realizadas pelo CESPE, e consistirá de provas objetivas e de prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, e de avaliação de títulos, de caráter unicamente classificatório. Para os empregos de Técnico de Suporte à Regulação (todas as classes) e de Técnico em Regulação (todas as classes), o concurso compreenderá duas etapas distintas e sucessivas, realizadas pelo CESPE, e consistirá de provas objetivas e de prova discursiva, ambas de caráter eliminatório e classificatório.

1.4 As provas serão realizadas nas capitais das 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal.

2 DOS EMPREGOS/CARGO

2.1 A admissão nos empregos/cargo dar-se-á no nível inicial da classe/categoria correspondente, conforme os quadros a seguir.

2.2 NÍVEL SUPERIOR

2.2.1 EMPREGO: ANALISTA DE SUPORTE À REGULAÇÃO

ATRIBUIÇÕES GERAIS: Participar da gestão e da administração da organização em seus aspectos de controle, de auditoria, de planejamento, de orçamento e de finanças, de recursos humanos, de recursos materiais e de serviços gerais, de informática e de informação e assessorar órgãos superiores.

TOTAL DE VAGAS: 61 vagas.

2.2.1.1 ÁREA DE CONHECIMENTO A

2.2.1.1.1 EMPREGO: Analista de Suporte à Regulação – Área de Conhecimento A – Classe I

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Desenvolver as atribuições gerais do emprego, sob supervisão permanente de um profissional com experiência.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Análise de Sistemas, em Ciência da Computação ou em Processamento de Dados ou de qualquer outro curso de graduação e de curso de pós-graduação *lato sensu* (especialização com carga horária mínima de 360 horas) ou *stricto sensu* em Análise de Sistemas, em Ciência da Computação, em Processamento de Dados ou em Tecnologia da Informação relacionada à Ciência da Computação e registro no órgão de classe específico, se for o caso.

VAGAS: Nove vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 1.990,00; final: R\$ 2.949,17.

2.2.1.1.2 EMPREGO: Analista de Suporte à Regulação – Área de Conhecimento A – Classe II

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Desenvolver as atribuições gerais do emprego, sem supervisão, seguindo orientações predeterminadas.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação

em Análise de Sistemas, em Ciência da Computação ou em Processamento de Dados ou de qualquer outro curso de graduação e de curso de pós-graduação *lato sensu* (especialização com carga horária mínima de 360 horas) ou *stricto sensu* em Análise de Sistemas, em Ciência da Computação, em Processamento de Dados ou em Tecnologia da Informação relacionada à Ciência da Computação e registro no órgão de classe específico, se for o caso.

VAGAS: Sete vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 3.119,66; final: R\$ 4.541,06.

2.2.1.1.3 EMPREGO: Analista de Suporte à Regulação – Área de Conhecimento A – Classe III

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Orientar e executar as atividades gerais do emprego com autonomia, inclusive para a tomada de decisões.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Análise de Sistemas, em Ciência da Computação ou em Processamento de Dados ou de qualquer outro curso de graduação e de curso de pós-graduação *lato sensu* (especialização com carga horária mínima de 360 horas) ou *stricto sensu* em Análise de Sistemas, em Ciência da Computação, em Processamento de Dados ou em Tecnologia da Informação relacionada à Ciência da Computação e registro no órgão de classe específico, se for o caso.

VAGAS: Seis vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 4.840,45; final: R\$ 7.100,00.

2.2.1.2 ÁREA DE CONHECIMENTO B

2.2.1.2.1 EMPREGO: Analista de Suporte à Regulação – Área de Conhecimento B – Classe I

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Desenvolver as atribuições gerais do emprego, sob supervisão permanente de um profissional com experiência.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação e registro no órgão de classe específico, se for o caso.

VAGAS: Quatorze vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 1.990,00; final: R\$ 2.949,17.

2.2.1.2.2 EMPREGO: Analista de Suporte à Regulação – Área de Conhecimento B – Classe II

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Desenvolver as atribuições gerais do emprego, sem supervisão, seguindo orientações predeterminadas.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação e registro no órgão de classe específico, se for o caso.

VAGAS: Treze vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 3.119,66; final: R\$ 4.541,06.

2.2.1.2.3 EMPREGO: Analista de Suporte à Regulação – Área de Conhecimento B – Classe III

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Orientar e executar as atividades gerais do emprego com autonomia, inclusive para a tomada de decisões.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação e registro no órgão de classe específico, se for o caso.

VAGAS: Doze vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 4.840,45; final: R\$ 7.100,00.

2.2.2 CARGO: PROCURADOR FEDERAL

ATRIBUIÇÕES GERAIS: Representar judicial e extrajudicialmente a Anatel; executar as atividades de consultoria e de assessoramento interno; promover a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; assistir à autoridade assessorada no controle interno da legalidade dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados.

TOTAL DE VAGAS: Trinta vagas.

2.2.2.1 CARGO: Procurador Federal – Categoria – Segunda (Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de

1990, publicada no Diário Oficial de 12 de dezembro de 1990, e alterações da Medida Provisória n.º 2.048)

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Direito e registro no órgão de classe específico.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 3.076,90; final: R\$ 5.446,30. Em todos os valores da tabela salarial será adicionada a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica (GDAJ) de até 30%, incidente sobre o vencimento básico do servidor.

2.2.3 EMPREGO: **REGULADOR**

ATRIBUIÇÕES GERAIS: Desempenhar atividades de interação entre o setor de telecomunicações e a sociedade, quanto à formulação do modelo institucional de políticas referentes às atividades de regulação (regulamentação, outorga e fiscalização), visando ao bem estar social, ao fortalecimento da cidadania inserida no contexto do desenvolvimento socioeconômico do País; gerenciar, coordenar e assessorar equipes de pesquisa e de planejamento de cenários estratégicos para as comunicações brasileiras; executar atividades de regulamentação, de outorga e de fiscalização e acompanhar os contratos e os critérios para a manutenção do mercado em competição.

TOTAL DE VAGAS: 253 vagas.

2.2.3.1 **ÁREA DE CONHECIMENTO C**

2.2.3.1.1 EMPREGO: **Regulador – Área de Conhecimento C – Classe I**

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Desenvolver as atribuições gerais do emprego, sob supervisão permanente de um profissional com experiência.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Engenharia Elétrica, em Engenharia Eletrônica ou em Engenharia de Telecomunicações e registro no órgão de classe específico.

VAGAS: 45 vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 1.990,00; final: R\$ 2.949,17.

2.2.3.1.2 EMPREGO: **Regulador – Área de Conhecimento C – Classe II**

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Desenvolver as atribuições gerais do emprego, sem supervisão, seguindo orientações predeterminadas.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Engenharia Elétrica, em Engenharia Eletrônica ou em Engenharia de Telecomunicações e registro no órgão de classe específico.

VAGAS: 49 vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 3.119,66; final: R\$ 4.541,06.

2.2.3.1.3 EMPREGO: **Regulador – Área de Conhecimento C – Classe III**

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Orientar e executar as atividades gerais do emprego com autonomia, inclusive para a tomada de decisões.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Engenharia Elétrica, em Engenharia Eletrônica ou em Engenharia de Telecomunicações e registro no órgão de classe específico.

VAGAS: 49 vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 4.840,45; final: R\$ 7.100,00.

2.2.3.2 **ÁREA DE CONHECIMENTO D**

2.2.3.2.1 EMPREGO: **Regulador – Área de Conhecimento D – Classe I**

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Desenvolver as atribuições gerais do emprego, sob supervisão permanente de um profissional com experiência.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Direito e registro no órgão de classe específico.

VAGAS: 28 vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 1.990,00; final: R\$ 2.949,17.

2.2.3.2.2 EMPREGO: Regulador – Área de Conhecimento D – Classe II

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Desenvolver as atribuições gerais do emprego, sem supervisão, seguindo orientações predeterminadas.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Direito e registro no órgão de classe específico.

VAGAS: 24 vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 3.119,66; final: R\$ 4.541,06.

2.2.3.2.3 EMPREGO: Regulador – Área de Conhecimento D – Classe III

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Orientar e executar as atividades gerais do emprego com autonomia, inclusive para a tomada de decisões.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Direito e registro no órgão de classe específico.

VAGAS: Vinte vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 4.840,45; final: R\$ 7.100,00.

2.2.3.3 ÁREA DE CONHECIMENTO E

2.2.3.3.1 EMPREGO: Regulador – Área de Conhecimento E – Classe I

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Desenvolver as atribuições gerais do emprego, sob supervisão permanente de um profissional com experiência.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação e registro no órgão de classe específico, se for o caso.

VAGAS: Dezesesseis vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 1.990,00; final: R\$ 2.949,17.

2.2.3.3.2 EMPREGO: Regulador – Área de Conhecimento E – Classe II

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Desenvolver as atribuições gerais do emprego, sem supervisão, seguindo orientações predeterminadas.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação e registro no órgão de classe específico, se for o caso.

VAGAS: Dez vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 3.119,66; final: R\$ 4.541,06.

2.2.3.3.3 EMPREGO: Regulador – Área de Conhecimento E – Classe III

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Orientar e executar as atividades gerais do emprego com autonomia, inclusive para a tomada de decisões.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação e registro no órgão de classe específico, se for o caso.

VAGAS: Doze vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 4.840,45; final: R\$ 7.100,00.

2.3 NÍVEL MÉDIO

2.3.1 EMPREGO: TÉCNICO DE SUPORTE À REGULAÇÃO

ATRIBUIÇÕES GERAIS: Executar tarefas de apoio administrativo, tais como: composição de processo, redação de minuta de correspondência, análise de correspondência, pesquisa de dados, elaboração de relatório, de gráfico, de tabela e de outros instrumentos pertinentes, atendimento ao usuário, organização e manutenção de arquivo e outras tarefas semelhantes.

TOTAL DE VAGAS: Quarenta vagas.

2.3.1.1 EMPREGO: Técnico de Suporte à Regulação – Classe I

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Tarefas rotineiras, executadas com base em instruções pormenorizadas, em casos precedentes, em normas, em práticas e em instruções específicas e sob supervisão no início e ao término de cada etapa de cada uma das tarefas.

REQUISITO ESPECÍFICO: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio (antigo segundo grau).

VAGAS: Dezessete vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 514,00; final: R\$ 870,13.

2.3.1.2 EMPREGO: Técnico de Suporte à Regulação – Classe II

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Tarefas relativamente complexas, executadas com base em instruções pormenorizadas, em casos precedentes, em normas, em práticas e em instruções específicas e sob orientação em cada etapa de cada uma das tarefas.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio (antigo segundo grau).

VAGAS: Doze vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 938,10; final: R\$ 1.473,02.

2.3.1.3 EMPREGO: Técnico de Suporte à Regulação – Classe III

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Tarefas complexas, executadas com base em instruções pormenorizadas, em casos precedentes, em normas, em práticas, em instruções específicas e em julgamento pessoal e com liberdade de ação para atuar na execução de cada tarefa como um todo.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio (antigo segundo grau).

VAGAS: Onze vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 1.588,07; final: R\$ 2.491,61.

2.3.2 EMPREGO: TÉCNICO EM REGULAÇÃO

ATRIBUIÇÕES GERAIS: Desempenhar atividades técnico-administrativas relacionadas às áreas-fim da Anatel; executar atividades de fiscalização, de acompanhamento e de controle de contratos e de critérios para a execução dos compromissos assumidos pelas prestadoras para manter o mercado de telecomunicações em condições de competição não-predatória; apoiar e executar, sob supervisão, atividades de regulamentação, de outorga e de acompanhamento e de controle de contratos, de acordo com a sua especialidade.

TOTAL DE VAGAS: 121 vagas.

2.3.2.1 EMPREGO: Técnico em Regulação – Classe I

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Tarefas rotineiras, executadas com base em instruções pormenorizadas, em casos precedentes, em normas, em práticas e em instruções específicas e sob supervisão no início e ao término de cada etapa de cada uma das tarefas.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em Eletricidade, em Eletrônica, em Eletrotécnica ou em Telecomunicações e registro no órgão de classe específico.

VAGAS: 43 vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 694,39; final: R\$ 1.175,52.

2.3.2.2 EMPREGO: Técnico em Regulação – Classe II

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Tarefas relativamente complexas, executadas com base em instruções pormenorizadas, em casos precedentes, em normas, em práticas e em instruções específicas e sob orientação em cada etapa de cada uma das tarefas.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em Eletricidade, em Eletrônica, em Eletrotécnica ou em Telecomunicações e registro no órgão de classe específico.

VAGAS: 38 vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 1.267,33; final: R\$ 2.105,03.

2.3.2.3 EMPREGO: Técnico em Regulação – Classe III

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES: Tarefas complexas, executadas com base em

instruções pormenorizadas, em casos precedentes, em normas, em práticas, em instruções específicas e em julgamento pessoal e com liberdade de ação para atuar na execução de cada tarefa como um todo.

REQUISITOS ESPECÍFICOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em Eletricidade, em Eletrônica, em Eletrotécnica ou em Telecomunicações e registro no órgão de classe específico.

VAGAS: Quarenta vagas.

REMUNERAÇÃO: Inicial: R\$ 2.226,72; final: R\$ 3.300,00.

2.4 As exigências específicas de cada classe, em todos os empregos, são sucessivamente mais amplas e complexas a partir da classe I para a classe III.

3 DAS VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1 Ao candidato abrangido pelo § 2.º do artigo 5.º da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e pelo Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial de 21 de dezembro de 1999, é assegurado o direito de se inscrever nessa condição, declarando ser portador de deficiência. Posteriormente, se convocado, deverá submeter-se à perícia médica, conforme edital convocatório a ser oportunamente publicado, promovida pelo CESPE, que terá decisão sobre a qualificação do candidato como portador de deficiência e sobre o grau da deficiência que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do emprego/cargo.

3.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência será submetido à perícia médica, na forma do subitem anterior. O candidato deverá comparecer à perícia médica munido de laudo médico atestando a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência.

3.2 Das vagas destinadas para cada emprego/cargo, área de conhecimento e classe, 5% serão providas na forma do § 2.º do artigo 5.º da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.3 As vagas definidas no subitem 3.2 que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no concurso ou por contra-indicação na perícia médica serão preenchidas pelos demais aprovados, observada a ordem de classificação.

3.4 A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.5 O candidato portador de deficiência que no ato de inscrição não declarar essa condição não poderá, posteriormente, interpor recurso em favor de sua situação.

3.6 Os portadores de deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.7 Os candidatos que no ato de inscrição se declararem portadores de deficiência, se classificados nas provas objetivas, na prova discursiva e na avaliação de títulos, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

4 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO EMPREGO/CARGO

4.1 Ter sido aprovado no concurso.

4.2 Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do artigo 12 da Constituição da República.

4.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

4.4 Apresentar certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino.

4.5 Comprovar o nível de escolaridade exigido e o registro no órgão de classe específico, se for o caso.

4.6 Ter idade mínima de dezoito anos completos, na data de inscrição.

4.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do emprego/cargo.

4.8 Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal.

4.9 Cumprir as determinações deste edital.

5 DA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.1 PERÍODO DE INSCRIÇÃO: De **8 de janeiro de 2001** a **26 de janeiro de 2001** (exceto feriado).

5.2 LOCAIS DE INSCRIÇÃO: Agências da Caixa Econômica Federal listadas no Anexo I deste edital, à exceção das inscrições efetuadas na cidade de Brasília/DF, cujo endereço de inscrição consta no Anexo I. Serão aceitas, também, inscrições por procuração, por via postal e via Internet, conforme os subitens 5.5.2, 5.5.3 e 5.5.4, respectivamente.

5.3 HORÁRIOS DE INSCRIÇÃO: De atendimento bancário, à exceção das inscrições efetuadas na cidade de Brasília/DF, cujo horário será das 9 h às 17 h, ininterrupto.

5.4 TAXAS DE INSCRIÇÃO: **Nível superior:** Classe I: R\$ 50,00; Classe II: R\$ 75,00; Classe III: R\$ 90,00; Procurador Federal: R\$ 75,00. **Nível médio:** Classe I: R\$ 15,00; Classe II: R\$ 25,00; Classe III: R\$ 40,00.

5.5 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

5.5.1 DA INSCRIÇÃO NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

5.5.1.1 No ato de inscrição, o candidato deverá:

5.5.1.1.1 Preencher o formulário fornecido nos locais de inscrição.

5.5.1.1.2 Pagar a taxa de inscrição.

5.5.1.1.2.1 Caso o pagamento seja efetuado com cheque, somente será aceito cheque emitido pelo próprio candidato.

5.5.1.1.3 Apresentar cópia legível, recente e em bom estado de documento de identidade, a qual será retida.

5.5.1.2 O formulário de inscrição será entregue nos locais de inscrição, onde será emitido o comprovante de inscrição.

5.5.2 DA INSCRIÇÃO POR PROCURAÇÃO

5.5.2.1 Será admitida a inscrição por terceiros mediante procuração simples do interessado, acompanhada de cópia legível de documento de identidade do candidato. Esses documentos serão retidos. Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração.

5.5.2.2 O comprovante de inscrição será entregue ao procurador, após efetuada a inscrição.

5.5.2.3 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do formulário de inscrição e em sua entrega.

5.5.3 DA INSCRIÇÃO POR VIA POSTAL

5.5.3.1 Será aceita solicitação de inscrição por meio de SEDEX – Encomenda Expressa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), endereçada ao: **Concurso Anatel, Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE)**, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, caixa postal 04521, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70919–970, desde que contenha no envelope:

a) solicitação de inscrição datada e assinada, conforme o modelo definido no Anexo II deste edital;

b) cópia legível de documento de identidade, cujo **original** deverá ser apresentado no dia e nos locais de realização das provas;

c) cheque nominativo emitido pelo próprio candidato, em favor do CESPE/UnB, no valor da taxa de inscrição.

5.5.3.2 Somente serão aceitas as solicitações de inscrição que sejam postadas até o **último** dia do período de inscrição, dia **26 de janeiro de 2001**.

5.5.3.3 Aos candidatos que se inscreverem por via postal, será enviado pelo CESPE, também por via postal, o comprovante de inscrição, para o endereço constante na solicitação de inscrição. Caso o candidato não receba o seu comprovante de inscrição, até a data de publicação do edital citado no subitem

6.3 deste edital, ele deverá entrar em contato com a Gerência de Atendimento do CESPE, conforme o subitem 11.1, a fim de confirmar a sua inscrição no concurso.

5.5.4 DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET

5.5.4.1 Será admitida a inscrição via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/anatel>, solicitada no período entre **10 horas do dia 8 de janeiro de 2001** e **20 horas do dia 28 de janeiro de 2001**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

5.5.4.1.1 O CESPE não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não-recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.5.4.2 A taxa de inscrição do candidato inscrito via Internet deverá obrigatoriamente ser paga por meio de cartão de crédito VISA.

5.5.4.3 A inscrição efetuada via Internet somente será acatada após emissão do comprovante de operação pela administradora do cartão de crédito.

5.5.4.4 O comprovante de inscrição do candidato inscrito via Internet estará disponível no endereço eletrônico citado no subitem 5.5.4.1, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.5.4.5 O candidato inscrito via Internet não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato os dados cadastrais informados no ato de inscrição.

5.5.4.6 Informações complementares acerca da inscrição via Internet estarão disponíveis no endereço eletrônico do CESPE, <http://www.cespe.unb.br>.

5.6 O candidato deverá, obrigatoriamente, indicar, no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição por via postal ou via Internet, o emprego/cargo, a área de conhecimento e a classe para os quais deseja concorrer e a cidade na qual deseja realizar as provas objetivas e a prova discursiva, observado o subitem 1.4 deste edital.

5.6.1 Não será aceito pedido de alteração referente à opção de emprego/cargo, de área de conhecimento, de classe e/ou de local de realização das provas.

5.6.2 O candidato poderá concorrer para mais de um emprego/cargo, desde que haja compatibilidade de horário de realização das provas e que seja efetuada uma inscrição para cada emprego/cargo desejado.

5.6.2.1 Caso o candidato se inscreva mais de uma vez para o mesmo emprego/cargo e para as mesmas área de conhecimento e classe, prevalecerá a última inscrição efetuada. A(s) inscrição(ões) anterior(es) a esta será(ão) automaticamente cancelada(s).

5.7 O candidato deverá declarar, no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição por via postal ou via Internet, que os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos no presente edital serão apresentados por ocasião da posse.

5.8 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, as provas, a nomeação e a posse do candidato, desde que verificada qualquer falsidade nas declarações e/ou quaisquer irregularidades nas provas e/ou nos documentos apresentados.

5.9 É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

5.10 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura no emprego/cargo.

5.11 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

5.12 Caso o cheque utilizado para o pagamento da inscrição seja devolvido por qualquer motivo, o CESPE reserva-se o direito de tomar as medidas legais cabíveis.

5.13 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração.

5.14 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local de realização das provas.

5.15 Não serão aceitas inscrições via *fax* e/ou via correio eletrônico.

5.16 O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição por via postal ou via Internet quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

5.16.1 A candidata que tem necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

5.16.2 A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.16.3 A não-solicitação de recursos especiais no ato de inscrição implica a sua não-concessão no dia de realização das provas.

5.17 As informações prestadas no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição por via postal ou via Internet serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE do direito de excluir do concurso aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e legível e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

5.18 Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste edital.

6 DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

6.1 Serão aplicadas provas objetivas, abrangendo o conteúdo programático constante neste edital, prova discursiva e avaliação de títulos, conforme a especificidade de cada emprego/cargo e conforme os quadros a seguir.

6.1.1 EMPREGOS: **ANALISTA DE SUPORTE À REGULAÇÃO** (todas as áreas de conhecimento/classes) e **REGULADOR** (todas as áreas de conhecimento/classes)

QUADRO DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO			
PROVA/TIPO	CONTEÚDO DA PROVA	QUESTÕES	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Conhecimentos Específicos	18	ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO
(P ₂) Objetiva	Conhecimentos Gerais	6	
(P ₃) Objetiva	Língua Inglesa	4	
(P ₄) Objetiva	Língua Portuguesa	7	
(P ₅) Discursiva	Redação	–	
(P ₆) Avaliação de Títulos	–	–	CLASSIFICATÓRIO

6.1.2 CARGO: **PROCURADOR FEDERAL**

QUADRO DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO			
PROVA/TIPO	CONTEÚDO DA PROVA	QUESTÕES	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Conhecimentos Específicos	22	ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO
(P ₂) Objetiva	Língua Inglesa	4	
(P ₃) Objetiva	Língua Portuguesa	9	
(P ₄) Discursiva	Redação	–	
(P ₅) Avaliação de Títulos	–	–	CLASSIFICATÓRIO

6.1.3 EMPREGOS: **TÉCNICO DE SUPORTE À REGULAÇÃO** (todas as classes) e **TÉCNICO EM REGULAÇÃO** (todas as classes)

QUADRO DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO			
PROVA/TIPO	CONTEÚDO DA PROVA	QUESTÕES	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Conhecimentos Específicos	15	ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO
(P ₂) Objetiva	Conhecimentos Gerais	5	
(P ₃) Objetiva	Língua Inglesa	4	
(P ₄) Objetiva	Língua Portuguesa	6	
(P ₅) Discursiva	Redação	–	

6.2 As provas objetivas e a prova discursiva serão aplicadas nas cidades citadas no subitem 1.4 deste edital, conforme o quadro a seguir, e terão duração de quatro horas e trinta minutos.

EMPREGO/CARGO	CLASSE	DATA	TURNO
Analista de Suporte à Regulação	III	24/3/2001	Vespertino
Regulador	III	24/3/2001	Vespertino
Técnico de Suporte à Regulação	III	24/3/2001	Vespertino
Técnico em Regulação	III	24/3/2001	Vespertino
Analista de Suporte à Regulação	II	25/3/2001	Matutino
Regulador	II	25/3/2001	Matutino
Técnico de Suporte à Regulação	II	25/3/2001	Matutino
Técnico em Regulação	II	25/3/2001	Matutino
Procurador Federal	–	25/3/2001	Matutino
Analista de Suporte à Regulação	I	25/3/2001	Vespertino
Regulador	I	25/3/2001	Vespertino
Técnico de Suporte à Regulação	I	25/3/2001	Vespertino
Técnico em Regulação	I	25/3/2001	Vespertino

6.3 Os locais e os horários de aplicação das provas serão publicados no Diário Oficial, afixados nos quadros de aviso do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, e divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, na data provável de **15 ou 16 de março de 2001**. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

6.3.1 O CESPE enviará, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, informando o local e o horário de realização das provas.

6.3.2 O envio de comunicação pessoal dirigida ao candidato, ainda que extraviada ou por qualquer motivo não-recebida, não desobriga o candidato do dever de observar o edital a ser publicado, consoante dispõe o subitem 6.3 deste edital.

6.4 Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, de locais e de horários de aplicação das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados, assim como os editais a serem publicados no Diário Oficial, afixados nos quadros de aviso do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, e divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>.

6.5 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **uma hora** do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta **preta**, de comprovante de inscrição e de documento de identidade **original**.

6.6 Não será admitido ingresso de candidato nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

6.7 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento a quaisquer das provas implicará a eliminação automática do candidato, ressalvado o disposto no subitem 6.20.3.

6.8 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora do espaço físico predeterminado em edital e/ou em comunicado.

6.9 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

6.9.1 Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identidade **original**, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial.

6.9.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.10 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 6.9 deste edital, será automaticamente eliminado do concurso.

6.11 O CESPE procederá, como forma de identificação, à coleta de impressão digital de todos os candidatos no dia de realização das provas. A impressão digital será colhida na folha de respostas, que será personalizada, contendo o nome e o número de inscrição do candidato.

6.12 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos, que não os permitidos, e/ou qualquer outro material de consulta, inclusive consulta a códigos e/ou à legislação. Não será permitida, também, a entrada de candidatos portando armas e/ou a utilização de aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, *walkman*, receptor, gravador, etc.).

6.13 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso da última hora anterior ao horário previsto para o seu término.

6.14 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

- a) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
- b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
- c) utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, telefone celular, gravador, receptor e/ou *paggers* e/ou que se comunicar com outro candidato;
- d) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- f) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou a folha de texto definitivo;
- i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de rascunho, na folha de respostas e na folha de texto definitivo;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.15 Quando, após as provas, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso.

6.16 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

6.17 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas.

6.18 DAS PROVAS OBJETIVAS

6.18.1 Cada questão das provas objetivas conterà cinco itens, numerados de 1 a 5, que poderão estar todos certos, todos errados e ainda um(ns) certo(s) e outro(s) errado(s). Os itens serão independentes entre si, referindo-se sempre ao mesmo comando, mas serão interdependentes para a atribuição de pontos. A resposta a cada item será **CERTO** ou **ERRADO**, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha

de respostas, para cada item, um campo designado com o código **SR**, cujo significado é “sem resposta”, que servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implica apenação ao candidato.

6.18.2 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

6.18.3 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada e campo de marcação não-preenchido integralmente.

6.18.4 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato inscrito segundo o item 3 e/ou o subitem 5.16 deste edital. Nesse caso, se houver necessidade, o candidato será acompanhado por um agente do CESPE devidamente treinado.

6.19 DA PROVA DISCURSIVA

6.19.1 A prova discursiva valerá quinze pontos e deverá ser feita pelo próprio candidato, a mão, em letra cursiva ou de imprensa, desde que seja legível e que haja diferença entre letra minúscula e letra maiúscula, e com caneta esferográfica de tinta **preta**.

6.19.2 Durante a realização da prova, não será permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato inscrito segundo o item 3 e/ou o subitem 5.16 deste edital. Nesse caso, se houver necessidade, o candidato será acompanhado por um agente do CESPE devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

6.19.3 A folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que a identifique em outro local que não seja em seu cabeçalho, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva e a conseqüente eliminação do candidato do certame.

6.19.4 A prova discursiva versará sobre um tema geral e será avaliada quanto ao domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

6.19.5 A folha de texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. As páginas para rascunho no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.

6.20 DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

6.20.1 A avaliação de títulos, de caráter unicamente classificatório, valerá quinze pontos e será aplicada somente aos candidatos aos empregos de **Analista de Suporte à Regulação** (todas as áreas de conhecimento/classes) e de **Regulador** (todas as áreas de conhecimento/classes) e ao cargo de **Procurador Federal**.

6.20.2 Somente serão aceitos os títulos a seguir relacionados, expedidos até a data de entrega, de acordo com o edital específico a ser publicado no Diário Oficial, afixado nos quadros de aviso do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, e divulgado na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, observados os limites de pontos do quadro a seguir.

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS		
TÍTULO	VALOR DE CADA TÍTULO	VALOR MÁXIMO DO TÍTULO
a) Diploma e/ou certificado, devidamente registrado(s), de curso de pós-graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas, na área de formação, excluído o requisito apresentado no item 2 deste edital.	1,00	2,00
b) Diploma, devidamente registrado, de curso de pós-graduação, em nível de mestrado (título de mestre), na área de formação, excluído o requisito apresentado no item 2 deste edital.	1,50	3,00
c) Diploma, devidamente registrado, de curso de pós-graduação, em nível de doutorado (título de doutor), na área de formação.	2,00	4,00
d) Experiência profissional, incluída a área de magistério em instituição de ensino superior, no exercício de atividades de nível superior inerentes ao emprego/cargo para o qual está concorrendo.	0,30 por ano completo sem sobreposição de tempo	6,00

6.20.3 O candidato que não encaminhar os títulos no prazo estipulado em edital a ser oportunamente divulgado receberá nota zero e terá qualquer recurso contra o resultado provisório na avaliação de títulos preliminarmente indeferido.

6.20.4 Somente serão aceitos os títulos apresentados nos quais constem o início e o término do período declarado, quando for o caso.

6.20.5 Cada título será considerado uma única vez.

6.20.6 Os pontos que excederem o valor máximo em cada alínea do subitem 6.20.2 deste edital serão desconsiderados.

6.20.7 O candidato deverá comprovar a conclusão de curso por meio de diploma e/ou de certificado, de acordo com as exigências da legislação pertinente. Não serão aceitas declarações e/ou atestados de conclusão de curso e/ou das respectivas disciplinas.

6.20.8 Os diplomas e os certificados de cursos de especialização, de mestrado e de doutorado em língua estrangeira somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado e revalidados por instituição brasileira credenciada, de acordo com a legislação pertinente.

6.20.9 Os diplomas e os certificados de cursos de especialização, de mestrado e de doutorado devem estar devidamente registrados, de acordo com a legislação pertinente.

6.20.10 Somente serão considerados, para os fins do presente edital, os diplomas e os certificados de cursos de especialização, de mestrado e de doutorado emitidos por instituições de ensino superior que possuem programa de pós-graduação *stricto sensu*, avaliado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com nota igual ou superior a três, e autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC) para a emissão de diplomas e de certificados com validade nacional.

6.20.11 O tempo de experiência profissional será comprovado das seguintes formas.

6.20.11.1 O tempo de experiência profissional deverá ser comprovado mediante apresentação de cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e de declaração emitida por setor de pessoal do órgão empregador, em papel timbrado em que constem o nome da razão social, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), a especificação do cargo e os requisitos para o cargo.

6.20.11.2 Em caso de servidor público, deverá ser apresentada certidão oficial de tempo de serviço público e declaração em que constem a especificação do cargo e os requisitos para o cargo, emitida por setor de pessoal.

6.20.11.3 Não havendo setor de pessoal, deverá ser especificado na declaração/certidão o órgão e/ou o setor competente.

6.20.11.4 O tempo de experiência profissional de autônomo deverá ser comprovado por meio de certidão e/ou de declaração, devidamente registrada em órgão competente, que ateste o tempo e a atuação efetivos do profissional em projetos, em pareceres, em consultorias e/ou em processos.

6.20.11.5 Não será computado, como experiência profissional, o tempo de estágio e/ou o tempo de bolsista, independente da atividade desempenhada.

6.20.12 Para a comprovação de títulos, o candidato deverá apresentar ao CESPE relação assinada, com a quantidade e a denominação dos títulos, de acordo com o modelo a ser fornecido nos locais de entrega dos títulos, observando o Quadro de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos, juntamente com as cópias desses títulos, observado o subitem 6.20.13.

6.20.13 Deverão ser entregues dois conjuntos idênticos de documentos, os quais não serão devolvidos em hipótese alguma. Apenas um desses conjuntos deverá ter todos os documentos autenticados em cartório.

6.20.14 Não será considerado, para efeito de pontuação, o título que não tiver pelo menos uma cópia autenticada em cartório.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

7.1 Todos os candidatos terão suas provas objetivas corrigidas exclusivamente por meio de processamento eletrônico.

7.2 O cálculo, comum às provas de todos os candidatos, do resultado de cada questão (RQ) das provas objetivas será efetuado pelas seguintes fórmulas:

7.2.1 Para os candidatos aos empregos/cargo de nível superior:

$$RQ = 2 \times \frac{C - D}{5}, \text{ em que:}$$

C = número de itens marcados na folha de respostas concordantes com o gabarito oficial definitivo;

D = número de itens marcados na folha de respostas discordantes do gabarito oficial definitivo.

7.2.2 Para os candidatos aos empregos de nível médio:

$$RQ = \frac{17}{6} \times \frac{C - D}{5}, \text{ em que:}$$

C = número de itens marcados na folha de respostas concordantes com o gabarito oficial definitivo;

D = número de itens marcados na folha de respostas discordantes do gabarito oficial definitivo.

7.2.3 Na folha de respostas, marcar um item na coluna **SR** não acarretará concordância nem discordância.

7.3 A nota do candidato em cada prova objetiva (NP_i) será a soma algébrica dos respectivos resultados de questões (RQ_s):

$$NP_i = \sum_{j=1}^{N_i} RQ_j, \text{ em que:}$$

N_i = número de questões da prova P_i .

7.4 Será eliminado do concurso o candidato ao emprego de **Analista de Suporte à Regulação**, de **Regulador**, de **Técnico de Suporte à Regulação** ou de **Técnico em Regulação** que se enquadrar em pelo menos um dos itens a seguir:

a) obtiver nota em $P_3 < 0$;

b) obtiver nota inferior a 10% da pontuação máxima possível em P_2 e/ou P_4 ;

c) obtiver nota inferior a 30% da pontuação máxima possível em P_1 ;

d) obtiver nota inferior a 30% da pontuação máxima possível no conjunto das provas objetivas.

7.5 Será eliminado do concurso o candidato ao cargo de **Procurador Federal** que se enquadrar em pelo menos um dos itens a seguir:

a) obtiver nota em $P_2 < 0$;

b) obtiver nota inferior a 10% da pontuação máxima possível em P_3 ;

c) obtiver nota inferior a 30% da pontuação máxima possível em P_1 ;

d) obtiver nota inferior a 30% da pontuação máxima possível no conjunto das provas objetivas.

7.6 O candidato eliminado na forma do subitem 7.4 ou 7.5 deste edital não terá classificação alguma no concurso.

7.7 O candidato não-eliminado segundo os critérios definidos no subitem 7.4 ou 7.5 deste edital terá calculada a sua nota final nas provas objetivas (*NFPO*) pela soma algébrica das notas obtidas em todas as provas objetivas.

7.8 Os candidatos serão ordenados, por emprego/cargo, por área de conhecimento e por classe, de acordo com os valores decrescentes das notas finais nas provas objetivas (*NFPOs*).

7.9 Com base na lista organizada na forma do subitem 7.8 deste edital, será avaliada a prova discursiva dos candidatos classificados até a posição calculada pelas seguintes fórmulas, respeitados os empates na última colocação:

a) para os candidatos aos empregos/cargo de **Analista de Suporte à Regulação**, à exceção de candidatos a Área de Conhecimento A – Classes I, II e III, de **Procurador Federal**, de **Regulador**, de **Técnico de Suporte à Regulação** e de **Técnico em Regulação**:

$$P = NV \times 3, \text{ em que:}$$

P = posição do último candidato a ter a prova discursiva avaliada;

NV = número de vagas existente.

b) para os candidatos ao emprego de **Analista de Suporte à Regulação – Área de Conhecimento A – Classes I, II e III**:

$$P = NV \times 5, \text{ em que:}$$

P = posição do último candidato a ter a prova discursiva avaliada;

NV = número de vagas existente.

7.10 O candidato que estiver fora do limite estabelecido no subitem 7.9 deste edital estará automaticamente eliminado do concurso.

7.11 O candidato que se enquadrar no subitem 7.10 deste edital não terá classificação alguma no concurso.

7.12 Após a análise do texto pela banca examinadora, será feito o preenchimento de planilhas para cada candidato, com as informações relativas à avaliação. Será, então, realizada a leitura das planilhas, por processo óptico/eletrônico, e calculada, por computador, a nota na prova discursiva (*NPD*) do seguinte modo:

7.12.1 Em casos de fuga ao tema, de não haver texto e/ou de identificação em local indevido, o candidato receberá *NPD* = ZERO.

7.12.2 A apresentação, a estrutura textual e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (*NC*), limitada a quinze pontos.

7.12.3 A avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (*NE*) do candidato, considerando-se aspectos, tais como: acentuação, grafia, pontuação, concordância, regência, morfossintaxe, propriedade vocabular, translineação, etc.

7.12.4 Será exigido o mínimo de trinta linhas e computado o número total de linhas (*TL*) efetivamente escritas pelo candidato. Se $TL < 30$, será acrescida ao *NE* a quantidade de erros igual à diferença $30 - TL$.

7.12.5 Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que ultrapassar a extensão máxima de sessenta linhas.

7.12.6 Será calculada, então, para cada candidato, a nota na prova discursiva (*NPD*) pela seguinte fórmula:

$$NPD = NC - 9 \times \frac{NE}{TL}, \text{ em que:}$$

NPD = nota na prova discursiva;

NC = nota relativa ao domínio do conteúdo;

NE = número de erros;

TL = total de linhas.

7.12.7 Será atribuída nota ZERO ao candidato que obtiver $NPD < 0,00$.

7.12.8 Será eliminado do concurso público o candidato que obtiver $NPD < 7,50$ pontos.

7.13 O candidato que se enquadrar no subitem 7.12.8 deste edital não terá classificação alguma no concurso.

7.14 Os candidatos não-eliminados segundo o critério definido no subitem 7.12.8 deste edital serão ordenados, por emprego/cargo, por área de conhecimento e por classe, de acordo com os valores decrescentes das somas das notas obtidas até então: $NFPO + NPD$.

7.15 Com base na lista organizada na forma do subitem 7.14 deste edital, serão convocados para a avaliação de títulos todos os candidatos aos empregos de Analista de Suporte à Regulação e de Regulador e ao cargo de Procurador Federal classificados na prova discursiva.

7.16 O candidato ao emprego de Analista de Suporte à Regulação ou de Regulador ou ao cargo de Procurador Federal não-convocado para a avaliação de títulos estará automaticamente eliminado do concurso.

7.17 O candidato que se enquadrar no subitem 7.16 deste edital não terá classificação alguma no concurso.

7.18 Para os candidatos aos empregos de Técnico de Suporte à Regulação e de Técnico em Regulação, a nota final no concurso (NFC) será a soma algébrica da nota final nas provas objetivas ($NFPO$) e da nota na prova discursiva (NPD).

7.19 Para os candidatos aos empregos de Analista de Suporte à Regulação e de Regulador e ao cargo de Procurador Federal, a nota final no concurso (NFC) será a soma algébrica da nota final nas provas objetivas ($NFPO$), da nota na prova discursiva (NPD) e do total de pontos obtidos na avaliação de títulos.

7.20 Os candidatos serão ordenados, por emprego/cargo, por área de conhecimento e por classe, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso ($NFCs$).

7.21 Todos os cálculos citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Em caso de empate, terá preferência o candidato ao emprego de **Analista de Suporte à Regulação**, de **Regulador**, de **Técnico de Suporte à Regulação** ou de **Técnico em Regulação** que, na seguinte ordem:

- a) obtiver a maior nota na prova de Conhecimentos Específicos (P_1);
- b) obtiver a maior nota na prova de Língua Portuguesa (P_4);
- c) obtiver a maior nota na prova de Conhecimentos Gerais (P_2);
- d) obtiver a maior nota na prova de Redação (P_5).

8.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

8.2 Em caso de empate, terá preferência o candidato ao cargo de **Procurador Federal** que, na seguinte ordem:

- a) obtiver a maior nota na prova de Conhecimentos Específicos (P_1);
- b) obtiver a maior nota na prova de Língua Portuguesa (P_3);
- c) obtiver a maior nota na prova de Redação (P_4).

8.2.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

9 DOS RECURSOS

9.1 O candidato que desejar interpor recurso contra o gabarito oficial preliminar das provas objetivas e contra os resultados provisórios na prova discursiva e na avaliação de títulos disporá de até dois dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas e dos resultados provisórios na prova discursiva e na avaliação de títulos.

9.2 Os locais e os horários de entrega de recursos contra o gabarito oficial preliminar das provas objetivas e contra os resultados provisórios na prova discursiva e na avaliação de títulos serão oportunamente divulgados.

9.3 Os recursos interpostos serão respondidos exclusivamente pelo CESPE e serão devolvidos aos candidatos recorrentes em datas e locais a serem oportunamente divulgados.

9.4 Não será aceito recurso por via postal, via *fax*, via Internet e/ou via correio eletrônico.

9.5 O recurso deverá ser apresentado com as seguintes especificações:

- a) formulário individual para questões/itens diferentes;
- b) indicação do número da questão e do item, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada pelo CESPE;
- c) argumentação lógica e consistente;
- d) capa única constando o nome, o número de inscrição e a assinatura do candidato;
- e) sem identificação do candidato no corpo do recurso;
- f) ser entregue em três vias idênticas (original e duas cópias), datilografado ou digitado em formulário próprio, de acordo com o modelo definido no Anexo III deste edital, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

9.6 Recursos inconsistentes, em formulário diferente do exigido e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão indeferidos.

9.7 Se do exame de recursos resultar anulação de questão(ões) ou de item(ns) de questão, a pontuação correspondente a essa(s) questão(ões) e/ou item(ns) será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, as provas objetivas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo. Em hipótese alguma o quantitativo de questões/itens de cada uma das provas objetivas sofrerá alteração.

10 DOS RESULTADOS

10.1 O gabarito oficial preliminar das provas objetivas será afixado nos quadros de aviso do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, e divulgado na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, em data a ser determinada no caderno de provas.

10.2 Os resultados finais nas provas objetivas, na prova discursiva e na avaliação de títulos serão publicados no Diário Oficial, afixados nos quadros de aviso do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, e divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, após apreciação de recursos.

10.3 O resultado final do concurso será homologado pelo Presidente da Anatel, publicado no Diário Oficial, afixado nos quadros de aviso do CESPE, no endereço citado no subitem anterior, e divulgado na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>.

11 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Os candidatos poderão obter informações referentes ao concurso público na Gerência de Atendimento do CESPE, localizada no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 448-0100, observado o subitem 6.4 deste edital, e por meio da Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>.

11.2 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso contidas nos comunicados, neste edital e em outros editais a serem publicados.

11.3 Acarretará a eliminação do candidato do concurso, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste edital e/ou em outros editais relativos ao concurso, nos comunicados e/ou nas instruções constantes de cada prova, bem como o tratamento incorreto e/ou descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.4 O prazo de validade do concurso esgotar-se-á em um ano a contar da data de publicação do edital de homologação do resultado final do concurso, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério da Anatel.

11.5 A aprovação e a classificação final geram, para o candidato, apenas a expectativa de direito à nomeação. A Anatel reserva-se o direito de proceder às nomeações, em número que atenda ao interesse e

às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e até o número de vagas existente.

11.6 Os candidatos serão lotados de acordo com a sua classificação e de acordo com a oferta de vagas, conforme os quadros de vagas constantes no Anexo IV deste edital.

11.6.1 Será oferecido ao candidato, por ordem de classificação, a opção pelo local de lotação, de acordo com as vagas existentes, que será exercida de maneira irretroatável.

11.6.2 A ordem de convocação para a opção pelo local de lotação será de acordo com a classificação final obtida, conforme o item 7 deste edital.

11.6.3 A recusa de opção para qualquer vaga existente, no ato de convocação, implica desistência da investidura no emprego/cargo e a conseqüente eliminação do candidato do concurso.

11.6.4 Após a escolha de lotação, o candidato aprovado tem trinta dias para o início do exercício do emprego/cargo, caso contrário, será considerado desistente e conseqüentemente eliminado do concurso.

11.7 A Anatel não arcará com despesas de deslocamento e/ou de mudança dos concursados para a investidura no emprego/cargo.

11.8 A aprovação no concurso não implica estabilidade no emprego/cargo, nos termos da Lei n.º 9.962, de 22 de fevereiro de 2000, publicada no Diário Oficial de 23 de fevereiro de 2000.

11.9 O candidato deverá manter atualizado o seu endereço no CESPE, enquanto estiver participando do concurso, e na Anatel, se aprovado.

11.10 Os casos omissos serão resolvidos pelo CESPE, juntamente com a Anatel.

11.11 Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do concurso.

12 DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA (para todos os níveis, os empregos/cargo, as áreas de conhecimento e as classes): 1 Compreensão e interpretação de textos. 2 Tipologia textual. 3 Ortografia oficial. 4 Acentuação gráfica. 5 Emprego das classes de palavras. 6 Emprego do sinal indicativo de crase. 7 Sintaxe da oração e do período. 8 Pontuação. 9 Concordância nominal e verbal. 10 Regência nominal e verbal. 11 Significação das palavras. 12 Redação e correspondências oficiais (relatório, ata, atestado, circular, declaração, memorando, ofício e requerimento).

LÍNGUA INGLESA (para todos os níveis, os empregos/cargo, as áreas de conhecimento e as classes): 1 Compreensão de texto escrito em Língua Inglesa. 2 Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.

EMPREGO: ANALISTA DE SUPORTE À REGULAÇÃO

ÁREA DE CONHECIMENTO A/TODAS AS CLASSES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 1 Conceitos básicos. 1.1 Gestão de tecnologia e organização. 1.2 Processo de gestão de tecnologia. 1.3 Tomada de decisão. 1.4 Estágios do processo decisório. 1.5 Planejamento nas organizações contemporâneas. 1.6 Métodos, técnicas e processos utilizados nas administrações. 1.7 Impacto da tecnologia de informação nas organizações modernas. 1.8 Papel do gestor de TI no contexto operacional. 2 Tecnologia da Informação. 2.1 Conceitos básicos: sistemas, classificações, terminologias. 2.2 Arquitetura da tecnologia: princípios, ambientes. 2.3 Planejamento estratégico de informações, diagnóstico, investimento e terceirização. 2.4 Internet, *Intranet* e *Extranet*. 3 Gestão de redes de computadores. 3.1 Soluções através de redes de computadores. 3.2. Aplicações e serviços. 3.3 Padronização, interfaces e padrões. 3.4 Tipos de sinais e meios físicos. 3.5 Modulação e *modems*. 3.6 Transmissão de dados. 3.7 Protocolos. 3.8 Alternativas de serviços de comunicações. 3.9 Redes locais Ethernet. 3.10 Arquitetura TCP/IP. 3.11 Roteadores. 3.12 Arquitetura OSI e a Renpac. 3.13 Serviços Internet e sistemas operacionais de redes. 3.14 Administração de redes TCP/IP. 3.15 Revisão de protocolos. 3.16 Endereçamento IP. 3.17 Plano de endereçamento público e privado. 3.18 Definição de política de roteamento. 4 Administração de banco de dados. 4.1 Introdução a tecnologia de banco de dados. 4.2 Principais alternativas para o desenvolvimento de banco de dados. 4.3 Modelo de dados:

orientação a objeto e convencional. 4.4 Propostas de desenvolvimento: custos e comparativos. 4.5 Gerenciamento de banco de dados: características, pontos de controle e recursos tecnológicos. 4.6 Evolução da arquitetura cliente-servidor. 4.7 Serviços em WEB. 4.8 Soluções e propostas do mercado. 5 Sistemas de apoio a decisão. 5.1 A informação gerencial. 5.2 O contexto da tomada de decisão. 5.3 A evolução da TI. 5.4 A tecnologia OLAP. 5.5 Projeto de DATA WAREHOUSE. 5.6 Projeto para concepção de um SIG. 5.7 A análise multidimensional. 6 Aplicações de análise informacional. 6.1 Conceitos e fundamentos da metodologia. 6.2 Funções de descoberta: DATA MINING e KNOWLEDGE in DATA-BASES. 6.3 Fases do processo de descoberta. 6.4 Desenvolvimento de sistemas inteligentes de apoio à decisão. 6.5 Características dos principais softwares existentes no mercado. 7 Gestão da qualidade de informação. 7.1 Conceitos e fundamentos relacionados com a melhoria do processo de gerência da informação. 7.2 A qualidade da informação na gestão do conhecimento. 7.3 Medidas de qualidade tanto no processo quanto dos artefatos produzidos pelo uso das mesmas. 7.4 Aspectos técnicos e organizacionais relativos à implantação de programas de qualidade. 7.5 Modelos de qualidade. 7.6 Incremento e suporte organizacional a modelos de qualidade. 8 Segurança da informação. 8.1 Introdução à segurança de dados e comunicações. 8.2 Riscos e controles relativos a segurança computacional. 8.3 Técnicas criptográficas atuais. 8.4 Segurança no correio eletrônico e bancário. 8.5 Segurança de sistemas operacionais e de rede. 8.6 Classificação de segurança e sistemas de computação. 8.7 Segurança na arquitetura internet TCP/IP. 8.8 Plano de segurança computacional. 9 Marketing na área de negócios de tecnologia da informação. 8.1 Conceitos de *marketing*. 8.2 Modelos de programas. 8.3 Endomarketing como fator de sucesso empresarial. 8.4 Recursos de TI na formulação de programas de *marketing*. 10 Noções de engenharia de *software*. 10.1 Metodologias de desenvolvimento. 10.2 Análise e projeto estruturado. 10.3 Modelagem funcional e de dados. 10.4 Análise essencial. 10.5 Análise e projetos orientados a objeto. 10.6 Banco de dados. 10.7 Arquitetura, modelos lógicos e representação física. 10.8 Implementação de SGBDs relacionais. 10.9 Linguagens de consulta (*query language*). 10.10 Ferramentas de desenvolvimento de software e ferramentas CASE. 10.11 Aspectos de linguagens de programação, algoritmos e estruturas de dados e objetos. 10.12 Programação estruturada, programação orientada a objetos.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1 Terminologia geral do setor de telecomunicações. 2 Legislação do setor de telecomunicações. 3 Noções de administração de recursos humanos. 4 Conhecimentos de informática. 4.1 Conceitos de Internet e de *Intranet*. 4.2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/*Intranet*. 4.2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. 4.2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios. 4.2.3 Conceitos de proteção e segurança. 4.2.4 Novas tecnologias e outros. 4.3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de *hardware* e de *software*. 4.3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (*backup*). 4.3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos. 4.3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros. 4.4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros.

**EMPREGO: ANALISTA DE SUPORTE À REGULAÇÃO
ÁREA DE CONHECIMENTO B/TODAS AS CLASSES**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 1 Administração financeira e orçamentária. 1.1 Elaboração, análise e avaliação de projetos. 1.2 Planejamento. 1.3 Ajuste dos demonstrativos financeiros. 1.4 Análise horizontal e vertical. 1.5 Projetos e suas etapas. 1.6 Mercado, tamanho, localização, custos e receitas. 1.7 Investimento fixo e capital de giro, fontes e usos. 1.8 Cronograma físico-financeiro. 1.9 Gestão

empresarial e viabilidade. 2 Orçamento público. 2.1 Princípios orçamentários. 2.2 Diretrizes orçamentárias. 2.3 Processo orçamentário. 2.4 Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público. 2.4.1 Normas legais aplicáveis. 2.5 SIDOR, SIAFI. 2.6 Receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa. 2.7 Despesa pública: categorias, estágios. 2.8 Suprimento de fundos. 2.9 Restos a pagar. 2.10 Despesas de exercícios anteriores. 2.11 A conta única do Tesouro. 2.12 Licitações: modalidades, dispensa e inexigibilidade. 3 Contabilidade pública. 3.1 Campo de atuação. 3.2 Princípios orçamentários. 3.3 Receitas e despesas públicas: orçamentária e extra-orçamentária, classificação por categoria econômica, restos a pagar, dívida pública, sistemas de contas, sistema orçamentário, sistema financeiro, sistema patrimonial. 3.4 Contabilização de operações típicas. 3.5 Execução orçamentária. 4 Administração de recursos humanos, de materiais e de serviços. 4.1 Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação. 4.2 Comportamento organizacional: motivação, liderança e desempenho. 4.3 Princípios e sistemas de administração federal. 4.4 Estrutura e funcionamento do serviço público no Brasil. 5 Conhecimentos de sociologia. 5.1 Fundamentos teórico-metodológicos: fato social; explicação e compreensão; positivismo e interpretação do sentido; história; evolução, progresso e desenvolvimento. 5.2 Principais conceitos: sociedade e indivíduo; estrutura e função; diferenciação social; divisão social do trabalho; estratificação social; dominação social; conflito e mudança social; educação; linguagem; cultura; valores, idéias e ideologias; instituições; comportamento; racionalidade e irracionalidade; lei e moral; carisma; tradição e modernidade; urbanização. 5.3 Principais correntes de pensamento sociológico: funcionalismo; marxismo; sociologia compreensiva; teoria crítica da sociedade. 5.4 Regime jurídico dos servidores públicos civis federais (Lei n.º 8.112/90 atualizada, DO de 18/3/98, e posteriores alterações). 6 Noções de direito do trabalho. 6.1 Limitação do tempo de trabalho: jornada de trabalho; horário de trabalho; trabalho extraordinário; trabalho noturno; remuneração do trabalho noturno. 6.2 Repouso semanal e em feriados. 6.3 Férias anuais remuneradas. 6.4 Contrato individual do trabalho (urbano e rural); sujeitos, caracterização e modalidades. 6.5 Da remuneração e do salário: salário por unidade de tempo, por unidade de obra e forma mista (tarefa); parcelas integrativas do salário. 6.6 Gratificação natalina. 6.7 Salário mínimo: irredutibilidade e garantia; piso salarial. 6.8 Salário maternidade. 6.9 Licença-paternidade. 6.10 Salário-família e sua aplicação, condições de percepção. 6.11 Causas de dissolução do contrato de trabalho: faltas cometidas pelo empregado e faltas cometidas pelo empregador. 6.12 Aviso prévio. 6.13 Estabilidade sindical; garantia de emprego. 6.14 Fundo de garantia do tempo de serviço. 6.15 Convenção coletiva do trabalho e acordo coletivo de trabalho: regras atuais no Brasil. 6.16 O direito de greve; Constituição Federal de 1988; legislação brasileira. 7 Psicologia organizacional. 7.1 Rotação de pessoal. 7.2 Absenteísmo. 7.3 Recrutamento de pessoal: fontes de recrutamento e meios de recrutamento. 7.4 Seleção de pessoal: planejamento, técnicas, avaliação e controle de resultados. 7.5 Avaliação de desempenho: objetivos, métodos, implantação e acompanhamento. 7.6 Análise de cargos: objetivos e métodos. 7.7 Treinamento: levantamento de necessidades, planejamento, execução e avaliação. 7.8 O papel do psicólogo na equipe de cuidados básicos à saúde. 8 Planejamento e organização empresarial 8.1 Características básicas das organizações formais: tipos de estrutura organizacional; natureza, finalidades e critérios de departamentalização. 8.2 Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação. 8.3 Comportamento organizacional: motivação, liderança e desempenho. 8.4 Princípios e sistemas de administração federal. 8.5 Estrutura e funcionamento do serviço público no Brasil.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1 Terminologia geral do setor de telecomunicações. 2 Legislação do setor de telecomunicações. 3 Noções de administração de recursos humanos. 4 Conhecimentos de informática. 4.1 Conceitos de Internet e de *Intranet*. 4.2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/*Intranet*. 4.2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. 4.2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia,

uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios. 4.2.3 Conceitos de proteção e segurança. 4.2.4 Novas tecnologias e outros. 4.3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de *hardware* e de *software*. 4.3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (*backup*). 4.3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos. 4.3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros. 4.4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros.

CARGO: PROCURADOR FEDERAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

1 DIREITO COMERCIAL. 1 Conceito e delimitação do direito comercial. 1.1 Classificação e características. 2 Registros públicos do comércio. 3 O comerciante. 3.1 Requisitos necessários. 3.2 Impedimentos. 3.3 Direitos e deveres em face da legislação vigente. 4 Livros comerciais obrigatórios e seus requisitos. 4.1 Livros auxiliares. 4.2 Valor probante dos livros comerciais. 5 Contratos comerciais. 5.1 Noções. 5.2 Requisitos. 5.3 Classificação. 5.4 Formação. 5.5 Meios de prova. 5.6 Contratos de compra e venda, de conta-corrente, de abertura de crédito, de alienação, de *leasing*. 6 Sociedades comerciais. 6.1 Classificação. 6.2 Características. 6.3 Distinções. 7 Sociedade de pessoas, de capital e mistas. 8 Sociedades por cotas de responsabilidade limitada. 9 Sociedades anônimas. 10 Títulos de crédito. 10.1 Classificação. 10.2 Distinção e espécie. 10.3 Requisitos. 10.4 Conceitos e peculiaridades: letras de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, conhecimento de depósito e *warrant*. 11 Falência e concordata. 11.1 Distinção e principais efeitos. 11.2 Classificação dos créditos na falência. 11.3 Extinção das obrigações dos falidos.

2 DIREITO PENAL. 1 Da aplicação da lei penal. 1.1 Princípios. 1.2 A lei penal no tempo. 1.3 A lei penal no espaço. 1.4 Eficácia da lei penal em relação a pessoas que exercem determinadas funções. 2 Imunidades diplomáticas. 2.1 Chefes de governo. 2.2 Imunidades parlamentares. 2.3 Prerrogativas de função. 3 Fato típico. 3.1 Requisitos, elementos e circunstâncias de crime. 3.2 Ilícito penal e ilícito civil. 3.3 Elementos do fato típico. 4 Infrações penais: crime e contravenção. 5 Crime doloso: conceito e elementos do dolo. 6 Crime culposo: elementos e modalidade de culpa. 7 Antijuridicidade. 7.1 Exclusão de antijuridicidade. 8 Culpabilidade. 8.1 Elementos. 8.2 Exclusão da culpabilidade. 9 Concurso de pessoas. 9.1 Requisitos. 9.2 Autoria. 9.3 Co-autoria. 9.4 Participação 10 Dos efeitos da condenação. 11 Dos crimes contra a administração pública. 11.1 Lei n.º 8.429, de 2/6/92, DO de 3/6/92: dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta e fundacional. 12 Lei n.º 8.069, de 13/7/90, DO de 16/7/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente: Livro II, Título II, Capítulos I e II; Título III, Capítulos I e II; Título VII, Capítulo I, Seções I e II, e Capítulo II. 13 Lei n.º 8.078, de 12/9/90 – DO de 11/9/90 – Lei de Proteção ao Consumidor: Título II – Das infrações penais. 14 Lei n.º 8.072, de 25/7/90, DO de 26/7/90, – crimes hediondos.

3 DIREITO PROCESSUAL PENAL. 1 Princípios constitucionais do processo penal. 2 Inquérito policial. 3 Da ação penal. 3.1 Ação penal pública. 3.2 Incondicional. 3.3 Condicional: representação e requisição. 3.4 Titular. 3.5 Denúncia. 4 Ação penal privada. 4.1 Exclusiva. 4.2 Subsidiária. 4.3 Queixa. 4.4 Perdão. 4.5 Perempção. 5 Da competência. 5.1 Conflito de competência (arts. 102, I, "o", e 105, I, "d", da CF). 5.2 Conflitos de atribuições (art. 105, I, "g", da CF). 5.3 Competência pela prerrogativa de função. 5.4 Suspeição. 5.5 Incompatibilidades. 5.6 Impedimentos. 6 Sujeitos processuais. 6.1 Juiz penal. 6.2 Partes. 6.3 Ministério Público. 6.4 Acusado. 6.5 Defensor. 6.6 Assistentes e auxiliares da justiça. 7 Dos atos processuais. 7.1 Atos das partes. 7.2 Atos dos juízes. 7.3 Atos dos auxiliares da justiça. 8 Comunicações processuais. 8.1 Citação. 8.2 Intimação. 8.3 Notificação. 9 Prazos. 9.1 Contagem. 9.2 Preclusão. 9.3 Tempestividade. 10 Lei n.º 8.038, de 28/5/90, DO de 29/5/90. 11 *Habeas corpus*. 12 Recursos em geral.

4 DIREITO DO TRABALHO. 1 Relações do Trabalho. 1.1 Empregado. 1.2 Empregador. 1.3 Identificação profissional. 1.4 Livro ou ficha de registro de empregados. 1.5 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). 2 Contrato individual de trabalho. 2.1 Natureza jurídica. 2.2 Duração. 2.3 Alteração. 2.4 Suspensão e interrupção. 2.5 Término do contrato. 3 Contratos especiais de trabalho. 3.1 Trabalho rural (Lei n.º 5.889, de 8/6/73, e Decreto n.º 73.626, de 12/2/74). 3.2 Trabalho doméstico (Lei n.º 5.859, de 11/12/72, e Decreto n.º 71.885, de 9/3/73). 3.3 Trabalho temporário (Lei n.º 6.019, de 3/1/74, e Decreto n.º 73.841, de 13/3/74). 3.4 Estagiário (Lei n.º 6.494, de 7/12/77, e Decreto n.º 87.497, de 18/8/82). 4 Jornada de trabalho. 4.1 Limitação da jornada. 4.2 Formas de prorrogação. 4.3 Horário de trabalho. 4.4 Trabalho noturno. 4.5 Repouso semanal remunerado. 5 Normas especiais de tutela do trabalho. 5.1 Bancário. 5.2 Empregados em serviços de telefonia. 5.3 Operadores cinematográficos. 5.4 Professor. 5.5 Proteção ao trabalho da mulher. 5.6 Proteção ao trabalho do menor. 6 Férias. 6.1 Férias individuais e coletivas. 6.2 Período aquisitivo e concessivo. 6.3 Remuneração. 6.4 Abono. 6.5 Efeitos na rescisão contratual. 7 Remuneração e salário. 7.1 Parcelas integrantes do salário mínimo. 7.2 Salário profissional. 7.3 Salário normativo. 7.4 Princípios de proteção do salário. 7.5 Gratificação natalina. 7.6 Descontos legais. 7.7 Política de reajuste salarial. 8 Normas complementares de proteção ao trabalhador. 8.1 Salário-família. 8.2 Seguro-desemprego. 8.3 Programa de alimentação do trabalhador (Lei n.º 6.321, de 14/4/76). 9 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei n.º 8.036, de 11/5/90, e Decreto n.º 99.684, de 8/11/90). 10 Estabilidade e garantia de emprego. 10.1 Dirigente sindical. 10.2 Gestante. 10.3 O acidentado e o integrante da CIPA. 11 Segurança e saúde no trabalho. 11.1 Disposições gerais. 11.2 Órgãos de segurança e saúde do trabalhador nas empresas. 11.3 Equipamento de proteção individual (EPI). 11.4 Atestados médicos. 11.5 Atividades insalubres e perigosas. 11.6 Da comissão de prevenção de acidentes. 12 Da rescisão contratual. 12.1 Prazos de pagamentos rescisórios. 12.2 Multas. 12.3 Homologações das rescisões contratuais. 12.4 Órgãos competentes para homologar as rescisões. 12.5 Formas de pagamento. 12.6 Situação do menor. 12.7 Prescrição. 13 Direito coletivo do trabalho. 13.1 Organização sindical. 13.2 Contribuições. 13.3 Convenções e acordos coletivos do trabalho. 13.4 Dissídio coletivo. 13.5 Direito de greve (Lei n.º 7.783, de 28/6/89). 14 Direito administrativo do trabalho. 14.1 Regulamento da inspeção do trabalho (Decreto n.º 55.841, de 15/3/65). 14.2 Processo de multas administrativas. 14.3 Fiscalização, autuação e imposição de multas. 14.4 Recursos. 14.5 Depósito, inscrição e cobrança. 14.6 Processo de débitos salariais e de mora contumaz (Decreto-Lei n.º 368, de 19/12/68). 15 Justiça do Trabalho. 15.1 Organização e funcionamento. 16 Ministério Público do Trabalho. 16.1 Atribuições e competência. 17 Direito internacional do trabalho. 17.1 A Organização Internacional do Trabalho (OIT): funcionamento. 17.2 Convenção n.º 81 da OIT. 18 Contrato de trabalho por prazo determinado (Lei n.º 9.601, de 21/1/98).

5 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. 1 Direito processual do trabalho. 1.1 Princípios gerais, autonomia, singularidade. 1.2 Justiça do Trabalho: organização e competência. 1.3 Ministério Público do Trabalho. 2 Atos, termos e prazos processuais. 2.1 Nulidades dos atos processuais. 2.2 Preclusão e perempção. 2.3 Exceções. 2.4 Conflitos de jurisdição. 2.5 Audiências. 2.6 Provas. 2.7 Da decisão e sua eficácia. 2.8 O *jus postulandi*. 3 Dissídios individuais: reclamação, notificação e inquérito para apuração de falta grave. 4 Dissídios coletivos. 4.1 Instauração de instância. 4.2 Conciliação e julgamento. 4.3 Extensão e revisão das decisões. 4.4 Ação de cumprimento. 5 Execução. 5.1 Competência e modalidades. 5.2 Liquidação da sentença. 5.3 Embargos à execução e sua inauguração. 5.4 Penhora. 5.5 Avaliação. 5.6. Arrematação. 5.7 Adjudicação e remição. 5.8 Embargos de terceiros. 5.9 Recursos no processo trabalhista: espécies, efeitos. 6 Ações cautelares. 6.1 Ação rescisória na justiça do trabalho. 6.2 Mandado de segurança.

6 DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 1 Princípios constitucionais do processo civil. 2 O Código de Processo Civil: 2.1 Processo de conhecimento. 2.2 Processo de execução. 2.3 Processo cautelar. 2.4 Procedimentos especiais. 3 A Lei n.º 8.038, de 28/5/90, DO de 29/5/90. 4 Mandado de segurança. 5 Mandado de injunção. 6 *Habeas data*. 7 Ação civil pública.

7 DIREITO CIVIL. 1 A Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei n.º 4.657, de 4/9/42, publicado no DO de 9/9/42, e retificado no DO de 17/9/42). 2 O Código Civil (Lei n.º 3.071, de 1/1/16). 2.1 Das pessoas (naturais e jurídicas). 2.1.1 Incapacidades. 2.1.2 Tutela. 2.1.3 Curatela. 2.2 Do domicílio civil. 2.3 Dos bens. 2.3.1 Classificação. 2.4 Dos fatos jurídicos. 2.5 Dos atos jurídicos. 2.5.1 Elementos constitutivos e pressupostos de validade. 2.5.2 Defeitos. 2.5.3 Modalidades. 2.5.4 Forma. 2.5.5 Das nulidades (relativa e absoluta). 2.6 Dos atos lícitos. 2.6.1 Prescrição. 2.7 Das obrigações. 2.7.1 Modalidades. 2.7.2 Efeitos. 2.7.3 Obrigações decorrentes de atos ilícitos. 2.8 Dos contratos. 2.8.1 Disposições gerais. 2.9 Do direito das coisas: posse e propriedade. 2.10 Do direito de família. 2.10.1 Do casamento. 2.10.2 Dos efeitos jurídicos do casamento. 2.10.3 Do regime dos bens entre os cônjuges. 2.10.4 Da dissolução. 2.10.5 Da sociedade conjugal e da proteção da pessoa dos filhos. 2.11 Das relações de parentesco. 3 O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8.069 (de 13/7/90, DO de 16/7/90).

8 DIREITO ADMINISTRATIVO. 1 Conceito, fontes e princípios do direito administrativo. 2 Administração pública. 2.1 Estrutura administrativa: conceito, elementos, poderes, organização, órgãos públicos, agentes públicos. 2.2 Atividades administrativas: conceito, natureza, fins e princípios básicos. 2.3 Poderes e deveres do administrador público. 2.4 Uso e abuso do poder. 3 Poderes administrativos. 3.1 Poder vinculado. 3.2 Poder discricionário. 3.3 Poder hierárquico. 3.4 Poder disciplinar. 3.5 Poder regulamentar. 3.6 Poder de polícia. 4 Atos administrativos. 4.1 Conceito e requisitos. 4.2 Atributos. 4.3 Classificação. 4.4 Espécies. 4.5 Anulação e revogação: efeitos. 5 Organização administrativa brasileira: administração direta e indireta. 5.1 Centralização e descentralização. 6 Licitações. 6.1 Conceito, princípios, objeto e finalidade. 6.2 Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. 6.3 Modalidades. 6.4 Procedimentos e fases. 6.5 Revogação e anulação: fundamentos, iniciativa e efeitos decorrentes. 6.6 Comissão permanente de licitações: constituição e responsabilidade. 7 Contratos administrativos. 7.1 Conceito, características e principais tipos. 7.2 Reajuste de preços: correção monetária. 7.3 Reequilíbrio econômico e financeiro. 8 Servidor público. 8.1 Regime jurídico dos servidores públicos civis (Lei n.º 8.112, de 11/12/90, DO de 12/12/90, e alterações posteriores).

9 DIREITO CONSTITUCIONAL. 1 Constituição. 1.1 Conceito e tipos. 1.2 Integração, interpretação e aplicação. 1.3 Controle da constitucionalidade das leis. 2 A Constituição da República Federativa do Brasil de 5/10/88. 2.1 Princípios fundamentais: fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil e princípios norteadores das relações internacionais. 2.2 Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos. 2.3 Organização do Estado: organização político-administrativa; a União, os estados, os municípios, o Distrito Federal e os territórios; intervenção; administração pública (disposições gerais e princípios, servidores públicos civis e militares). 2.4 Poderes da União. 2.5 O Poder Legislativo: o Congresso Nacional e suas atribuições; a Câmara dos Deputados; o Senado Federal; o processo legislativo; a fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 2.6 O Poder Executivo: o presidente e o vice-presidente da República; atribuições e responsabilidades do presidente da República. 2.7 O Poder Judiciário: disposições gerais; o Supremo Tribunal Federal; o Superior Tribunal de Justiça; tribunais regionais federais e juízes federais; tribunais e juízes dos estados. 2.8 Funções essenciais à justiça. 2.9 Sistema Tributário Nacional: princípios gerais; limitações do poder de tributar; impostos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; repartição das receitas tributárias. 2.10 Finanças públicas: normas gerais; orçamentos. 2.11 Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica; política urbana; política agrícola e fundiária e reforma agrária; Sistema Financeiro Nacional. 2.12 Ordem social: seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; a família, a criança, o adolescente e o idoso; os índios. 2.13 Disposições constitucionais gerais. 2.14 Disposições constitucionais transitórias (ADCT, arts. do 1.º ao 70).

10 DIREITO TRIBUTÁRIO. 1 Princípios constitucionais tributários. 1.1 Imunidade tributária. 1.2 Competência tributária. 1.3 Capacidade tributária ativa. 1.4 Sistema Tributário Nacional: disposições gerais. 1.5 Tributo: conceito, espécies. 1.6 Imposto. 1.7 Taxa. 1.8 Contribuição de melhoria. 1.9

Contribuições sociais. 1.10 Empréstimos compulsórios. 1.11 Repartição das receitas tributárias. 2 Legislação tributária: disposições gerais. 2.1 Vigência. 2.2 Aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 3 Obrigação tributária: disposições gerais. 3.1 Fato gerador. 3.2 Responsabilidade tributária. 4 Crédito tributário: disposições gerais; constituição, suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário. 5 Garantias e privilégios do crédito tributário. 6 Administração tributária: fiscalização. 6.1 Dívida ativa e certidões negativas. 7 Lei de Execuções Fiscais – Lei n.º 6.830, de 22/9/80.

11 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. 1 Lei n.º 9.472 (16/07/97, DO de 17/7/97). 2 Lei de TV a Cabo – Lei n.º 8.977 (6/1/95, DO de 9/1/95). 3 Fistel – Lei n.º 5.070, de 7/7/66, com alterações introduzidas pela Lei n.º 9.472/97 e pela Lei n.º 9.691/98). 4 Lei de prevenção e repressão contra a ordem econômica – Lei n.º 8.884 (11/6/94, DO de 13/6/94). 5 Decreto n.º 2.338 (7/10/97). 6 Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução n.º 197 – Anatel (de 16/12/99). 7 Decreto n.º 2.534 (2/4/98) que aprova o Plano Geral de Outorgas.

EMPREGO: REGULADOR

ÁREA DE CONHECIMENTO C/TODAS AS CLASSES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 1 Conceitos básicos. 1.1 Terminologia geral de sistemas de comunicações. 1.2 Tipo de informação em sistemas de comunicações. 1.3 Elementos de um sistema de comunicações. 1.4 Classificação dos sistemas: simplex / duplex, analógico / digital, banda base / sinal modulado, via cabo / via rádio. 1.5 Espectro eletromagnético. 1.6 Plano de atribuição, destinação e distribuição de faixas de frequências: fixo e móvel. 1.7 Banda passante. 1.8 Canal de voz, canal de vídeo, canal de dados. 1.9 Taxa de transmissão. 1.10 Aplicações e conceitos fundamentais de eletromagnetismo. 1.11 Identificação dos componentes de sistemas de comunicação, suas funcionalidades e parâmetros. 1.12 Modulador. 1.13 Demodulador. 1.14 Estágios intermediários e de RF. 1.15 Estágios de potência, de-ênfase, pré-ênfase. 1.16 Equipamentos e dispositivos de sistemas. 2 Técnicas e protocolos de transmissão e recepção. 2.1 Técnicas de modulação analógica: sistemas AM, sistemas FM, sistemas PM e suas variantes. 2.2 Sistemas pulsados: PAM, PPM, PWM, PCM e outros. 2.3 Técnicas de modulação digital: sistemas ASK, sistemas QAM, sistemas PSK, sistemas FSK, sistemas MSK e suas variantes. 2.4 Técnicas de multiplexação e de múltiplo acesso: TDM/TDMA, FDM/FDMA e CDM/CDMA. 2.5 Esquemas de múltiplo acesso em canais virtuais: ALOHA, Slotted ALOHA, CSMA, PRMA, BTMA, CSMA/CD, DSMA, ISMA, RAMA, CDPA. 2.6 Técnicas de codificação de fonte, de canal e técnicas de compressão. 2.7 Técnicas de correção de erros e de sincronismo. 2.8 Técnicas de comutação de circuitos, pacotes e células. 2.9 Hierarquias de multiplexação analógica e digital. 2.10 Arquiteturas. 2.11 Protocolos e padrões de redes de comunicação. 2.12 Modelo de referência OSI. 2.13 Arquitetura TCP/IP. 2.14 Aspectos de sinalização e de interconexão. 2.15 Elementos de interconexão de redes de comunicação. 2.16 Redes de alta velocidade. 2.17 Redes ATM e Frame-Relay. 2.18 Determinação de desempenho de sistemas analógicos e digitais: seletividade, sensibilidade, harmônicos, intermodulação, distorções lineares e não-lineares, estabilidade de frequência de transmissão, taxa de erro de bit/símbolo, relação sinal ruído. Tipos de serviço e QoS. 3 Propagação e antenas. 3.1 Vetores e equações do campo eletromagnético. 3.2 Potência e energia. 3.3 Polarização de ondas. 3.4 Linhas de transmissão. 3.5 Onda estacionária e coeficiente de reflexão. 3.6 Casamento de impedâncias. 3.7 Fundamentos de antenas. 3.8 Diagrama de radiação. 3.9 Diretividade e ganho. 3.10 Impedância de antenas. 3.11 Tipos básicos de antenas. 3.12 Antenas sobre a terra plana. 3.13 Antenas sobre a terra esférica. 3.14 Modos de propagação nas diferentes faixas de frequência: VLF, LF, MF, HF, VHF, UHF, SHF e EHF. 3.15 Propagação no espaço livre. 3.16 Reflexão, refração e difração. 3.17 Efeitos da atmosfera na propagação. 3.18 Modelos matemáticos associados à predição em áreas abertas e fechadas. 3.19 Balanço de potência em sistemas de comunicações. 3.20 Fenômenos de múltiplos percursos, espalhamento e de desvanecimento. 3.21 Técnicas de diversidade. 3.22 Propagação em meios dielétricos e não-dielétricos: atenuação, dispersão, modos propagantes. 3.23 Compatibilidade eletromagnética. 3.24 Interferência: tipos, técnicas de identificação, rastreamento, monitoragem e medição de parâmetros de interferência. 3.25 Ruído. 3.26 Medidas

em comunicações e suas aplicações na fiscalização de serviços de comunicações. 4 Plataformas. 4.1 Componentes de sistemas de comunicações. 4.2 Sistema de telefonia fixa. 4.3 Sistemas de comunicações móveis. 4.4 Telefonia celular: definição, configurações básicas, faixas de operação, tipos de sistemas celulares: analógico e digital, planejamento celular, *hand-off*, *roaming*, telefonia rural. 4.5 Padrões em telefonia móvel celular. 4.6 Gerações de sistemas de telefonia móvel celular. 4.7 Outros tipos de sistemas móveis: WLL, sistemas de busca, sistemas troncalizados de despacho, sistemas de comunicações pessoais, equipamentos de sistemas móveis. 4.8 Comunicações via satélite: definições básicas, equações das órbitas, faixas de frequência e largura de faixa, tecnologias de sistemas via satélite. 4.9 Sistemas típicos: telefonia pública, comunicações marítimas e localização de veículos, redes VSAT, aplicações em radiodifusão de TV: Digital Broadcast System, Direct to the Home, redes interativas, sistemas de satélites GEO, LEO, MEO, HEO, equipamentos de sistemas via satélite. 4.10 Sistemas de comunicações ópticos: princípios de funcionamento, evolução da tecnologia óptica, comparação com outros meios de transmissão, custo de implantação e qualidade do serviço, tecnologias e equipamentos de sistemas de comunicações ópticos. 4.11 TV por assinatura: sistemas a cabo e sistemas de distribuição multiponto multicanal. 4.12 Sistemas de comunicações VHF, UHF e por microondas. 4.13 Arquitetura de redes: tipos de redes a cabo, redes coaxiais, redes híbridas. 4.14 Sistemas de cabeamento estruturado. 4.15 Técnicas de projeto, dimensionamento e manutenção de sistemas de comunicações. 4.16 Novas tendências em sistemas de comunicação.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1 Conhecimento da legislação do setor de telecomunicações. 2 Conhecimento da legislação/regulamentação relacionada ao uso de radiofrequências, satélites e produtos de comunicação. 3 Noções de administração. 4 Noções de economia e de contabilidade. 5 Conhecimentos de informática. 5.1 Conceitos de Internet e de *Intranet*. 5.2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/*Intranet*. 5.2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. 5.2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios. 5.2.3 Conceitos de proteção e segurança. 5.2.4 Novas tecnologias e outros. 5.3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de *hardware* e de *software*. 5.3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (*backup*). 5.3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos. 5.3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros. 5.4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros.

EMPREGO: REGULADOR

ÁREA DE CONHECIMENTO D/TODAS AS CLASSES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 1 Legislação relacionada ao setor de telecomunicações. 2 Legislação/regulamentação relacionada ao uso de radiofrequência, satélites e produtos de comunicação. 3 Noções de administração. 4 Noções de economia e de contabilidade. 5 Conhecimentos de informática. 5.1 Conceitos de Internet e de *Intranet*. 5.2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/*Intranet*. 5.2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. 5.2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios. 5.2.3 Conceitos de proteção e segurança. 5.2.4 Novas tecnologias e outros. 5.3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de *hardware* e de *software*. 5.3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para

realização de cópia de segurança (*backup*). 5.3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos. 5.3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros. 5.4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros. 6 Direito Constitucional. 6.1 Sistema constitucional brasileiro. 6.2 Distribuição de competências. 6.3 Poderes do Estado, do município. 6.4 Intervenção. 6.5 Separação de poderes, delegação. 6.6 Processo legislativo: sanção, veto, promulgação e publicação. 6.7 Ordem econômica: intervenção no domínio econômico, monopólio estatal, exploração da atividade econômica. 6.8 Programa Nacional de Desestatização (Lei n.º 8.031, de 12/4/90, e Decreto n.º 724, de 19/1/93). 6.9 Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal, conflito de jurisdição e atribuição, *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data*; mandado de injunção, ação popular, controle de constitucionalidade das leis e atos normativos. 6.10 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, defesa do consumidor (Lei n.º 8.078, de 11/9/90). 6.11 Da administração pública – administração indireta. 7 Direito Econômico. 7.1 Conceito. 7.2 Regras de Direito Civil, Comercial, Administrativo, Penal e Tributário. 7.3 Regras de Direito Público e Direito Privado. 7.4 A intervenção do Estado na economia. 7.5 Histórico. 7.6 Preceitos constitucionais. 7.7 Os monopólios do Estado. 7.8 Empresas públicas e de economia mista. 7.9 Privatização. 7.10 Intervenção no mercado financeiro. 7.11 O Banco Central do Brasil. 7.12 O mercado de capitais e a CVM. 7.13 Auto-regulação. 7.14 A Lei das Sociedades Anônimas. 7.15 O abuso do poder econômico. 7.16 A nova Lei Antitruste. 7.17 O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. 7.18 Histórico das Leis Anti-Dumping, de Subsídios e Medidas Compensatórias no Âmbito Internacional. 7.19 O MERCOSUL e um possível “Direito Econômico Latino Americano”. 8 Direito Administrativo. 8.1 Organização administrativa: administração direta e indireta, autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas, serviço público. 8.2 Atividade econômica. 8.3 Ministério das Comunicações: a Anatel – seu Estatuto. 8.4 Licitação na Anatel. 8.5 Controle da atividade administrativa. 8.6 Contratos administrativos: características; interpretação. 9 Direito Comercial. 9.1 Comerciante. 9.2 Fundo de comércio. 9.3 Registro de comércio. 9.4 Sociedades comerciais: sociedades por ações; sociedade por quota de responsabilidade limitada, dissolução e liquidação de sociedades. 9.5 Liquidação de instituições financeiras: falências e concordatas. 9.6 Obrigações comerciais: modalidades, efeitos, contratos comerciais. 9.7 Compra e venda mercantil. 9.8 Representação comercial. 9.9 Concessão de venda, franquia, arrendamento mercantil. 9.10 Títulos de crédito: cheque, letra de câmbio, nota promissória, duplicata, títulos de crédito rural, títulos de crédito mercantil, títulos de financiamento comercial e de garantia imobiliária. 9.11 Contratos bancários: depósito, conta-corrente. 9.12 Contratos internacionais. 9.13 Crédito documentário. 10 Direito Tributário. 10.1 Sistema tributário nacional. 10.2 Legislação tributária: competência, vigência, interpretação e integração. 10.3 Obrigação tributária: fato gerador; sujeito ativo e sujeito passivo, solidariedade, crédito tributário, constituição, suspensão e extinção, garantia e privilégios. 10.4 Tributos em espécies: impostos, taxas e contribuição de melhorias. 10.5 Tributos federais, estaduais e municipais, imunidade, não-incidência, isenção, contencioso tributário. 10.6 Tributos diretos e indiretos.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1 Conhecimento da estrutura do setor de telecomunicações brasileiro.

EMPREGO: **REGULADOR**

ÁREA DE CONHECIMENTO E/TODAS AS CLASSES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 1 Conhecimento da dinâmica empresarial e do ambiente competitivo do setor de telecomunicações. 2 Conhecimento formal de mercados, economia, finanças e contabilidade. 3 Relações internacionais/comerciais. 4 Relações consumidor-mercado. 5 Noções de comunicação. 5.1 A questão da imparcialidade e da objetividade. 5.2 Ética. 5.3 Papel social da comunicação. 5.4 Processo de comunicação. 5.5 A indústria cultural e a teoria crítica. 5.6 Novas tecnologias e a globalização da informação. 5.7 Massificação *versus* segmentação dos públicos. 5.8 Interatividade na comunicação. 5.9 Legislação em Comunicação Social: Lei de Imprensa; Código de Ética do Jornalista; regulamentação da profissão de jornalista; Constituição Federal; Código Brasileiro de

Telecomunicações; Regulamentação *versus* desregulamentação: tendências nacionais e internacionais. 5.10 Novas tecnologias de comunicação: a via digital. 5.11 Poder e ética das mídias, instituições e sujeitos. 6. Psicologia organizacional. 6.1 Rotação de pessoal. 6.2 Absenteísmo. 6.3 Recrutamento de pessoal: fontes de recrutamento e meios de recrutamento. 6.4 Seleção de pessoal: planejamento, técnicas, avaliação e controle de resultados. 6.5 Avaliação de desempenho: objetivos, métodos, implantação e acompanhamento. 6.6 Análise de cargos: objetivos e métodos. 6.7 Treinamento: levantamento de necessidades, planejamento, execução e avaliação. 6.8 O papel do psicólogo na equipe de cuidados básicos à saúde. 7 Planejamento e organização empresarial 7.1 Características básicas das organizações formais: tipos de estrutura organizacional; natureza, finalidades e critérios de departamentalização. 7.2 Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação. 7.3 Comportamento organizacional: motivação, liderança e desempenho. 7.4 Princípios e sistemas de administração federal. 7.5 Estrutura e funcionamento do serviço público no Brasil.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1 Conhecimento da estrutura do setor de telecomunicações brasileiro. 2 Conhecimento da legislação do setor de telecomunicações. 3 Noções de administração. 4 Noções de economia e de contabilidade. 5 Conhecimentos de informática. 5.1 Conceitos de Internet e de *Intranet*. 5.2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/*Intranet*. 5.2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. 5.2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios. 5.2.3 Conceitos de proteção e segurança. 5.2.4 Novas tecnologias e outros. 5.3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de *hardware* e de *software*. 5.3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (*backup*). 5.3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos. 5.3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros. 5.4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros.

EMPREGO: TÉCNICO EM REGULAÇÃO

TODAS AS CLASSES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 1 Conceitos básicos. 1.1 Terminologia geral de sistemas de comunicações. 1.2 Tipo de informação em sistemas de comunicações. 1.3 Elementos de um sistema de comunicações. 1.4 Classificação dos sistemas. 1.5 Espectro eletromagnético. 1.6 Plano de atribuição, destinação e distribuição de faixas de frequências. 1.7 Conceitos de banda passante e canal. 1.8 Taxa de transmissão. 1.9 Identificação dos componentes de sistemas de comunicação, suas funcionalidades e parâmetros. 2 Conceitos de transmissão e recepção. 2.1 Conceitos de modulação analógica e digital. 2.2 Conceitos de multiplexação e de múltiplo acesso. 2.3 Conceitos de comutação. 2.4 Aspectos de sinalização e de interconexão. 2.5 Elementos de interconexão de redes de comunicação. 2.6 Conceitos de redes ATM e Frame-Relay. 2.7 Conceitos de desempenho de sistemas analógicos e digitais. 3 Propagação e antenas. 3.1 Fundamentos de linhas de transmissão e de antenas. 3.2 Onda estacionária e coeficiente de reflexão. 3.3 Casamento de impedâncias. 3.4 Tipos básicos de antenas. 3.5 Conceitos de propagação nas diferentes faixas de frequência. 3.6 Propagação no espaço livre. 3.7 Fenômenos de reflexão, refração e difração. 3.8 Noções de interferência: tipos, técnicas de identificação, rastreamento, monitoragem e definição de parâmetros de interferência e ruído. 3.9 Conceitos de potência de transmissão. 3.10 Processos funcionais de inspeção de campo e monitoragem do espectro eletromagnético. 3.11 Conceitos de equipamentos e métodos de medições de parâmetros técnicos e análise espectral. 3.12 Medidas em comunicações e suas aplicações na fiscalização de serviços de comunicações. 4 Conceitos de plataformas. 4.1 Componentes de sistemas de comunicações. 4.2 Telefonia fixa. 4.3 Comunicações móveis. 4.4 Comunicações via satélite. 4.5 Comunicações ópticas. 4.6 TV por assinatura. 4.7 Sistemas de

comunicações VHF, UHF e por microondas. 4.8 Arquitetura de redes. 4.9 Técnicas de manutenção de sistemas de comunicações. 4.10 Novas tendências em sistemas de comunicação.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1 Conhecimentos de informática. 1.1 Conceitos de Internet e de *Intranet*. 1.2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/*Intranet*. 1.2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. 1.2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios. 1.2.3 Conceitos de proteção e segurança. 1.2.4 Novas tecnologias e outros. 1.3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de *hardware* e de *software*. 1.3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (*backup*). 1.3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos. 1.3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros. 1.4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros.

EMPREGO: TÉCNICO DE SUPORTE À REGULAÇÃO

TODAS AS CLASSES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 1 Conhecimentos de informática. 1.1 Conceitos de Internet e de *Intranet*. 1.2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/*Intranet*. 1.2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. 1.2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios. 1.2.3 Conceitos de proteção e segurança. 1.2.4 Novas tecnologias e outros. 1.3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de *hardware* e de *software*. 1.3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (*backup*). 1.3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos. 1.3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros. 1.4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros. 2 Conhecimentos de estatística. 2.1 População. 2.2 Amostra. 2.2.1 Amplitude. 2.3 Distribuição de frequência. 2.4 Frequência relativa. 2.5 Representações gráficas de uma distribuição de frequência. 2.6 Histograma. 2.7 Medidas de posição e de dispersão: médias, mediana, moda, desvio relativo, desvio absoluto, desvio médio absoluto, desvio-padrão. 3 Noções de arquivologia. 4 Noções de administração de pessoas, de material e de serviços.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1 Atualidades políticas, econômicas e sociais.

RENATO NAVARRO GUERREIRO

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

ANEXO I

Local e horário, na cidade de **Brasília/DF**, onde serão recebidas as inscrições ao concurso público para provimento de vagas dos empregos de nível superior e de nível médio e de vagas do cargo de Procurador Federal da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Local: *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), entrada central norte, Asa Norte, Brasília/DF.

Horário: Das 9 h às 17 h, ininterrupto.

Endereços das agências da Caixa Econômica Federal, nas demais cidades de realização das provas objetivas e da prova discursiva, onde serão recebidas as inscrições ao concurso público para provimento de vagas dos empregos de nível superior e de nível médio e de vagas do cargo de Procurador Federal da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

CIDADE/ESTADO	AGÊNCIA	ENDEREÇO
Aracaju/SE	Serigy	Rua João Pessoa, n.º 357 – Centro
Belém/PA	Ver-O-Peso	Avenida Presidente Vargas, n.º 121 – Comercial
Belo Horizonte/MG	Carmo Sion	Avenida do Contorno, n.º 5.809 – Savassi
	Gutierrez	Avenida Álvares Cabral, n.º 1.700 – Santo Agostinho
	Século	Rua Carijós, n.º 218 – Centro
	Tupinambás	Rua Tupinambás, n.º 462 – Centro
Boa Vista/RR	Boa Vista	Rua José Coelho, n.º 86, Praça Barreto Leite – Centro
Campo Grande/MS	Centro Campo Grande	Rua 13 de Maio, n.º 2.773 – Centro
Cuiabá/MT	Miguel Sutil	Avenida Rubens Mendonça, n.º 1.097 – Bosque da Saúde
Curitiba/PR	Carlos Gomes	Avenida Marechal Floriano Peixoto, s/n.º – Centro
Florianópolis/SC	Anita Garibaldi	Rua Felipe Schmidt, n.º 249, ARS – Centro
	Miramar	Rua Trajano, n.º 187 – Centro
Fortaleza/CE	Iracema	Rua Floriano Peixoto, n.º 1.084 – Centro
	Praça do Ferreira	Rua Guilherme Rocha, n.º 45 – Centro
Goiânia/GO	24 de Outubro	Avenida 24 de Outubro, n.º 1.452 – Campinas
	Ananguera	Avenida Ananguera, n.º 5.829 – Centro
João Pessoa/PB	Cabo Branco	Rua Miguel Couto, n.º 221 – Centro
Macapá/AP	Macapá	Rua Iracema Carvão Nunes, n.º 248 – Centro
Maceió/AL	Rosa da Fonseca	Praça Floriano Peixoto, n.º 76 – Centro
Manaus/AM	Vitória Régia	Rua Barroso, n.º 101 – Centro
Natal/RN	Potiguar	Rua João Pessoa, n.º 208 – Cidade Alta
Palmas/TO	Palmas de Tocantins	ACSE 1, conjunto 1, lote 19 – Centro
Porto Alegre/RS	Otávio Rocha	Avenida Otávio Rocha, n.º 270 – Centro
	Praça da Alfândega	Rua dos Andradas, n.º 1.000 – Centro
	Praça Rui Barbosa	Avenida Júlio de Castilhos, n.º 276 – Centro
Porto Velho/RO	Madeira–Mamoré	Avenida Carlos Gomes, n.º 660 – Centro
Recife/PE	Conde da Boa Vista	Avenida Conde da Boa Vista, n.º 918 – Boa Vista
Rio Branco/AC	Rio Branco	Rua Benjamin Constant, n.º 564 – Centro

CIDADE/ESTADO	AGÊNCIA	ENDEREÇO
Rio de Janeiro/RJ	Almirante Barroso	Avenida Rio Branco, n.º 174 – Centro
	Conde de Bonfim	Rua Conde de Bonfim, n.º 604 – Tijuca
	Copacabana	Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n.º 861 – Copacabana
	Leblon	Rua João Lira, n.º 84, loja A – Leblon
	Saens Pena	Rua Conde de Bonfim, n.º 302–A – Tijuca
Salvador/BA	Comércio	Avenida Estados Unidos, n.º 1 – Comércio
	Das Mercês	Avenida Sete de Setembro, n.º 955 – Mercês
São Luís/MA	Gonçalves Dias	Rua do Sol, n.º 23 – Centro
São Paulo/SP	Avenida Paulista	Avenida Paulista, n.º 1.842 – Cerqueira César
	Brooklin	Rua Barão do Triunfo, n.º 491 – Brooklin
	Granja Julieta	Avenida Santo Amaro, n.º 7.237 – Granja Julieta
	Pinheiros	Avenida Pedroso de Moraes, n.º 644 – Pinheiros
	Sé	Praça da Sé, n.º 111 – Centro
Teresina/PI	Conselheiro Saraiva	Praça Rio Branco, n.º 318 – Centro
Vitória/ES	Beiramar	Avenida Princesa Isabel, n.º 118 – Centro
	Universidade Federal – ES – UFES	Avenida Fernando Ferrari, s/n.º – <i>Campus</i> Universitário

ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO POR VIA POSTAL

NOME DO CANDIDATO	SEXO
	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino

DOCUMENTO DE IDENTIDADE			DATA DE NASCIMENTO	CPF
TIPO	NÚMERO	UF		
<input type="checkbox"/> Civil				
<input type="checkbox"/> Militar				

ENDEREÇO		
RUA, AVENIDA, PRAÇA, NÚMERO, APARTAMENTO, ETC.		
BAIRRO	CIDADE	UF
CEP	DDD	TELEFONE

EMPREGO/CARGO	
<input type="checkbox"/> Analista de Suporte à Regulação Área de Conhecimento: <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B Classe: <input type="checkbox"/> I <input type="checkbox"/> II <input type="checkbox"/> III <input type="checkbox"/> Regulador Área de Conhecimento: <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E Classe: <input type="checkbox"/> I <input type="checkbox"/> II <input type="checkbox"/> III	<input type="checkbox"/> Procurador Federal <input type="checkbox"/> Técnico de Suporte à Regulação Classe: <input type="checkbox"/> I <input type="checkbox"/> II <input type="checkbox"/> III <input type="checkbox"/> Técnico em Regulação Classe: <input type="checkbox"/> I <input type="checkbox"/> II <input type="checkbox"/> III
Cidade de realização das provas objetivas e da prova discursiva:	

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
Deseja concorrer como candidato portador de deficiência? <input type="checkbox"/> Sim
Que tipo de deficiência? _____
Especifique claramente os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.). _____

Solicito ao CESPE minha inscrição ao concurso público para provimento de vagas dos empregos de nível superior e de nível médio e de vagas do cargo de Procurador Federal, de acordo com os dados aqui informados.

Declaro conhecer os requisitos exigidos para a inscrição, para a nomeação e para a posse, bem como concordar, plenamente, com todos os termos do Edital n.º 1/2000 – ANATEL, de 19 de dezembro de 2000, que regulamenta o concurso público.

_____, _____ de _____ de 2001.

Assinatura

ANEXO III

Modelo de formulário para interposição de recurso contra o gabarito oficial preliminar das provas objetivas e contra os resultados provisórios na prova discursiva e na avaliação de títulos.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DOS
EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO E DE
VAGAS DO CARGO DE PROCURADOR FEDERAL

CÓDIGO
(Para uso do
CESPE)

CAPA DE RECURSO

SOLICITAÇÃO

À Comissão Organizadora.

Como candidato ao emprego/cargo de _____ – área de conhecimento _____ – classe _____, solicito revisão:

- do gabarito oficial preliminar das provas objetivas, questão(ões)/item(ns) _____
 da prova discursiva
 da avaliação de títulos

conforme especificações inclusas.

_____, _____ de _____ de 2001.

Assinatura do Candidato

Nome: _____

Número de inscrição: _____

INSTRUÇÕES

O candidato deverá:

- Datilografar ou digitar o recurso e entregá-lo em três vias, de acordo com as especificações estabelecidas neste edital.
- Usar formulário de recurso individual para cada questão/item e apenas uma capa.
- Identificar-se apenas nesta capa.
- Apresentar argumentação lógica e consistente.

Atenção! O desrespeito a qualquer uma das instruções acima resultará no indeferimento do recurso.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DOS
EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO E DE VAGAS
DO CARGO DE PROCURADOR FEDERAL

CÓDIGO
(Para uso do
CESPE)

FORMULÁRIO DE RECURSO

TIPO DE RECURSO

(Assinale o tipo de recurso)

<input type="checkbox"/>	CONTRA O GABARITO OFICIAL PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS	Número da questão: _____ Número do item: _____ Gabarito do CESPE: _____ Resposta do candidato: _____
<input type="checkbox"/>	CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NA PROVA DISCURSIVA	
<input type="checkbox"/>	CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	

JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO

(Se necessário, use o verso)

ANEXO IV

São oferecidas as seguintes vagas.

EMPREGOS/CARGO: **Analista de Suporte à Regulação** (todas as áreas de conhecimento/classes),
Procurador Federal e Regulador (todas as áreas de conhecimento/classes)

NÚMERO DE VAGAS																
UF	Analista de Suporte à Regulação						Procurador Federal	Regulador								
	Área de Conhecimento A			Área de Conhecimento B			Categoria	Área de Conhecimento C			Área de Conhecimento D			Área de Conhecimento E		
	Classes			Classe				Segunda	Classe			Classe			Classe	
	I	II	III	I	II	III	I		II	III	I	II	III	I	II	III
AC	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	1	1	-	1	1	-	3	-	1	-	1	1	-	1	-	-
AP	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	1	-	-	-	-	-	1	1	2	2	-	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	1	-	-	1	1	2	1	1	-	-	1	-	-
DF	4	4	4	8	8	10	10	20	24	32	17	20	19	7	8	11
ES	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
GO	1	-	-	1	1	-	2	1	2	1	1	1	-	1	1	-
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
MG	1	-	1	-	-	-	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-
MS	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-
MT	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	1	1	-	2	1	2	2	1	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
PR	-	1	-	-	1	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	1	1	1	1	2	1	-	-	1	-	-
RN	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS	1	1	-	-	-	-	2	1	1	1	1	-	-	-	-	-
SC	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	1	-	-
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SP	-	-	1	2	1	1	6	7	6	6	1	1	1	1	1	1
TO	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-

EMPREGOS: **Técnico de Suporte à Regulação** (todas as classes) e **Técnico em Regulação** (todas as classes)

UF	NÚMERO DE VAGAS					
	Técnico de Suporte à Regulação			Técnico em Regulação		
	Classe I	Classe II	Classe III	Classe I	Classe II	Classe III
AC	–	–	–	–	–	–
AL	1	–	–	1	1	–
AM	–	–	–	–	–	–
AP	–	–	–	–	–	–
BA	1	–	1	–	–	–
CE	–	1	–	–	–	–
DF	5	4	7	7	11	12
ES	1	–	–	–	–	–
GO	1	1	–	4	3	4
MA	–	–	–	–	–	–
MG	2	1	1	3	2	4
MS	–	1	–	–	–	–
MT	1	–	–	1	1	1
PA	–	1	–	–	1	–
PB	–	–	–	1	–	–
PE	1	1	–	1	1	1
PI	–	–	–	–	–	–
PR	–	–	–	3	3	3
RJ	1	1	1	5	4	4
RN	–	–	–	–	–	–
RO	–	–	–	–	–	–
RR	–	–	–	–	–	–
RS	–	–	–	2	1	1
SC	–	–	–	1	–	–
SE	–	–	–	–	–	–
SP	2	1	1	14	10	10
TO	1	–	–	–	–	–

ANEXO V

Cronograma de Atividades

ITEM	ATIVIDADE	DATA
1	Publicação de edital de abertura	20/12/2000
2	Período de inscrição	8/1/2001 a 26/1/2001 Internet: 28/1/2001
3	Divulgação dos locais e dos horários de aplicação das provas objetivas e da prova discursiva	15 ou 16/3/2001
4	Aplicação das provas objetivas e da prova discursiva	24 e 25/3/2001
5	Divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas	27/3/2001
6	Prazo para entrega de recurso contra o gabarito oficial preliminar das provas objetivas	28 e 29/3/2001
7	Resultado final nas provas objetivas e resultado provisório na prova discursiva	11/4/2001
8	Prazo para entrega de recurso contra o resultado provisório na prova discursiva	12 e 13/4/2001
9	Resultado final na prova discursiva e convocação para a entrega de títulos	24/4/2001
10	Entrega de títulos	26 e 27/4/2001
11	Resultado provisório na avaliação de títulos	9/5/2001
12	Prazo para entrega de recurso contra o resultado provisório na avaliação de títulos	10 e 11/5/2001
13	Resultado final na avaliação de títulos e resultado final no concurso público	18/5/2001
14	Homologação do resultado final no concurso público	22/5/2001
15	Divulgação da homologação do concurso público	24/5/2001